



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**APLICAÇÃO DO PROGRAMA PROSA EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO:  
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**LUCAS COSTA SANTOS BARBOSA**

Seropédica

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**LUCAS COSTA SANTOS BARBOSA**

**APLICAÇÃO DO PROGRAMA PROSA EM INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO:  
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
banca examinadora como parte dos requisitos  
necessários à graduação em Psicologia.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Cláudia de Azevedo Peixoto  
Coorientador: Dr.<sup>a</sup> Gabriela de Araujo Braz Santos

Seropédica  
2025

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me sustentado e capacitado durante toda a minha trajetória acadêmica. Sou grato pelas experiências vividas, pelos aprendizados e por cada oportunidade que me foi concedida ao longo desses anos.

Agradeço profundamente à minha família, que sempre foi minha base e rede de apoio. Em especial, minha mãe e a minha tia, mulheres que admiro profundamente e que me inspiram todos os dias com sua força, dedicação e amor incondicional.

Ao Laboratório de Estudos da Violência contra Crianças e Adolescentes (LEVICA), deixo registrada minha sincera gratidão. Foi nesse espaço que me desenvolvi como estagiário e pesquisador, onde encontrei acolhimento, aprendizados e amizades que levarei para toda a vida. Serei sempre grato pelas trocas, pelo incentivo e por toda parceria construída.

Ao Programa de Promoção do Desenvolvimento Saudável de Adolescentes Acolhidos Institucionalmente (PROSA), agradeço pela oportunidade de participar dos encontros com os adolescentes de Mesquita. Esses momentos foram ricos, tanto para minha formação profissional quanto para minha caminhada pessoal.

Por fim, sou grato a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho e para minha formação ao longo desses cinco anos de graduação.

## RESUMO

**BARBOSA, LUCAS COSTA SANTOS. Um relato de experiência a partir da aplicação do Programa de Promoção do Desenvolvimento Saudável de Adolescentes Acolhidos Institucionalmente (Prosa). Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia. Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2025.**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência acerca da aplicação do Programa de Promoção do Desenvolvimento Saudável de Adolescentes Acolhidos Institucionalmente. O programa é uma intervenção psicoeducativa estruturada com fundamentos da Terapia do Esquema, com o objetivo de promover o desenvolvimento emocional e social de adolescentes em situação de acolhimento institucional. A experiência foi realizada através de uma pesquisa de doutorado, com a aplicação do programa com adolescentes acolhidos, permitindo uma análise reflexiva sobre os desafios, potencialidades e impactos da intervenção nesse contexto. A metodologia adotada foi a da inserção ecológica, que seguiu um enfoque qualitativo, utilizando observação participante e registro das interações e percepções dos adolescentes durante as atividades do programa em diário de campo. Os principais resultados indicam que o programa pode ser uma ferramenta para fortalecer a regulação emocional, a construção identitária e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento saudáveis, alinhadas aos princípios da Terapia do Esquema. As reflexões obtidas contribuem para o debate sobre papel de intervenções psicoeducativas no contexto do ambiente institucional, apontando assim caminhos para adaptações futuras do programa em diferentes cenários.

**Palavras-chave:** adolescência; acolhimento institucional; esquemas iniciais desadaptativos; vulnerabilidade social; intervenção psicossocial.

## ABSTRACT

**Barbosa, L. C. S. (2025). *An experience report on the implementation of the Program for Promoting Healthy Development in Institutionalized Adolescents (PROSA)* [Undergraduate thesis in Psychology]. Institute of Education, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ.**

This study aims to present an experience report on the implementation of the Program for Promoting Healthy Development in Institutionalized Adolescents. The program is a structured psychoeducational intervention based on Schema Therapy principles, designed to foster emotional and social development in adolescents in institutional care. The experience was conducted as part of doctoral research, involving the application of the program with institutionalized adolescents, allowing for a reflective analysis of the challenges, potential benefits, and impacts of the intervention in this context. The adopted methodology was ecological insertion, following a qualitative approach, using participant observation and recording of adolescents' interactions and perceptions during program activities in a field journal. The main findings indicate that the program can serve as a tool to strengthen emotional regulation, identity formation, and the development of healthy coping strategies, aligned with Schema Therapy principles. The reflections contribute to the discussion on the role of psychoeducational interventions in institutional settings, suggesting pathways for future adaptations of the program in different scenarios.

**Keywords:** adolescence; institutional care; early maladaptive schemas; social vulnerability; psychosocial intervention.

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente

EID - Esquemas Iniciais Desadaptativos

LEVICA- Laboratório de Estudo sobre Violência contra Crianças e Adolescentes

MPRJ- Ministério Público do Rio de Janeiro

PPCT - Processo, Pessoa, Contexto e Tempo

PROSA - Programa para Promoção do Desenvolvimento Saudável de Adolescentes em  
Acolhimento Institucional

SNA- Sistema Nacional de Adoção

TBDH - Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1** – Domínios Esquemáticos e os EIDs associados.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. OBJETIVOS.....</b>	<b>12</b>
2.1 Objetivo Geral.....	12
2.2 Objetivos Específicos.....	12
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>13</b>
3.1 Adolescências.....	13
3.2 Acolhimento Institucional de adolescentes.....	15
3.3 Fatores de risco.....	18
3.4 Fatores Protetivos.....	20
3.5 Bases Conceituais da Terapia do Esquema.....	23
3.5.1 Esquemas Iniciais Desadaptativos.....	23
3.5.2 Domínios Esquemáticos.....	24
3.5.3 Esquemas Iniciais Desadaptativos presentes em adolescentes em situação de Acolhimento Institucional.....	26
3.6 Teoria Bioecológica do Desenvolvimento.....	27
<b>4 - METODOLOGIA.....</b>	<b>31</b>
4.1 Tipo de Pesquisa.....	31
4.2 Participantes.....	31
4.3 Instrumentos.....	32
4.4 Procedimentos.....	33
4.4.1 Inserção Ecológica.....	33
4.4.2 Implementação do PROSA.....	34
<b>5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>35</b>
5.1 Estrutura do PROSA.....	35
5.2 Treinamento e capacitação da equipe.....	37
5.3 Inserção em campo: visão do pesquisador participante.....	38
5.4 Experiência da facilitação dos encontros.....	41
5.5 Vínculo e necessidades emocionais.....	42
5.6 Análise dos comportamentos.....	46
5.7 Autoconhecimento.....	48
5.8 Finalização.....	49
5.9 Desafios e potencialidades da intervenção.....	50
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>

## APRESENTAÇÃO

O Laboratório de Estudos sobre Violência contra Crianças e Adolescentes (LEVICA), em parceria com a Associação Vida Plena de Mesquita, desenvolve ações voltadas à atenção e cuidado de crianças e adolescentes vítimas de violência, sejam oriundos da comunidade ou acolhidos institucionalmente. Dentre suas atividades, destacam-se os atendimentos clínicos, ações de psicoeducação com pais e cuidadores, e intervenções fundamentadas na Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e na Terapia do Esquema (TE) e a participação dos alunos estagiários nas pesquisas dos alunos de pós-graduação, orientadas no LEVICA (PEIXOTO, ROSÁRIO & GONÇALVES, 2019).

Durante minha inserção no estágio, tive a oportunidade de participar de uma pesquisa de doutorado, orientada pela professora Ana Cláudia Peixoto, que visava a implementação de um programa de intervenção em unidades de acolhimento institucional. Trata-se do Programa de Promoção do Desenvolvimento Saudável de Adolescentes Acolhidos Institucionalmente (PROSA), desenvolvido pela Dra. Gabriela de Araújo Braz dos Santos, com o objetivo de ser um instrumento psicoeducativo voltado ao fortalecimento emocional de adolescentes acolhidos. Minha atuação ocorreu durante o período de estágio obrigatório em Psicologia, iniciado no segundo semestre de 2023. De modo a garantir a aplicação efetiva do PROSA, foi constituída a equipe de pesquisa dedicada ao planejamento e adaptação das atividades, pensando nas especificidades da instituição e no perfil dos adolescentes atendidos.

Este relato de experiência se fundamenta em minha participação ativa enquanto estagiário e participante do grupo de pesquisa, integrando a equipe responsável pela condução dos encontros e pela observação dos processos vivenciados junto aos adolescentes. Além disso, as reflexões apresentadas decorrem do acompanhamento constante das dinâmicas do grupo, das trocas estabelecidas e das respostas emocionais observadas, que contribuíram para uma compreensão aprofundada sobre as potencialidades e desafios do trabalho psicossocial em contextos institucionais.

## 1. INTRODUÇÃO

Milhares de crianças e adolescentes no Brasil vivenciam diariamente a realidade de estarem temporariamente afastados de suas famílias de origem. Esse distanciamento representa uma ruptura significativa em suas trajetórias, muitas vezes marcada por experiências de negligência, abandono ou violação de direitos. Nesses casos, o acolhimento institucional é acionado como uma medida de proteção, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e tem como finalidade oferecer um ambiente seguro e acolhedor até que sejam esgotadas todas as possibilidades de reintegração familiar ou, quando necessário, viabilizar a inserção em uma família substituta (BRASIL, 1990). Trata-se de uma medida de caráter excepcional e transitório, adotada quando se identifica que a família de origem não é capaz de garantir o cuidado e o bem-estar da criança ou do adolescente.

De acordo com o Sistema Nacional de Adoção (SNA), os dados revelavam a existência que mais de 56 mil crianças se encontravam em situação de acolhimento institucional, e como destaque estavam os adolescentes compondo a maior parte desse grupo (CNJ, 2022). Além disso, a pesquisa realizada pelo 32<sup>a</sup> Censo acerca da população infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro mostrou que cerca de 43% dessa população era referente a faixa etária da adolescência (MPRJ, 2023). Ademais, quanto ao perfil racial, os dados apresentados pelo Módulo Criança e Adolescente sobre cor/raça dos acolhidos elucidaram que mais de 80% eram negros, incluindo pretos e pardos.

Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente determinar que a pobreza não pode ser, por si só, motivo para medidas de proteção como o acolhimento institucional (BRASIL, 1990), a realidade mostra que crianças e adolescentes negros e oriundos de contextos socioeconômicos precários ainda representam a maioria nos serviços de acolhimento (SILVA, 2004; GASPERIN et al., 2007). Essa situação evidencia falhas na rede de apoio às famílias vulneráveis e a persistência de desigualdades raciais e sociais que acabam naturalizando o afastamento como resposta à pobreza, em vez de fortalecer políticas de cuidado e prevenção.

Embora o acolhimento institucional seja previsto como uma medida de proteção, a própria dinâmica dessas instituições pode estar associada tanto a fatores de risco quanto a fatores de proteção no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Considerando que o afastamento do ambiente familiar por vezes abrupto pode representar uma intensificação de experiências de abandono e negligência e fragilização de vínculos afetivos, sobretudo para o caso de crianças que aguardam adoção (OLIVEIRA & PRÓCHNO, 2010).

Esse cenário revela o quanto é fundamental discutir estratégias de cuidado que contribuam de forma concreta para o desenvolvimento emocional e social dos adolescentes acolhidos. A vivência institucional, embora marcada por desafios, também pode oferecer oportunidades importantes de reconstrução de vínculos, fortalecimento da subjetividade e promoção de habilidades que favoreçam a autonomia. Pensando nesse contexto, a aplicação de programas estruturados como o programa PROSA, surge como uma iniciativa de articular o desenvolvimento de competências socioemocionais com a escuta qualificada e o fortalecimento dos vínculos afetivos. Assim, estudos que documentem e analisem experiências de intervenção no acolhimento tornam-se fundamentais para qualificar as práticas institucionais e ampliar o debate sobre políticas públicas voltadas à adolescência em situação de vulnerabilidade.

Com base na experiência vivenciada em campo, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência de aplicação do Programa PROSA (Programa de Desenvolvimento Saudável para o Adolescente) em uma instituição de acolhimento com adolescentes. A proposta consiste em descrever e refletir sobre os efeitos observados durante o processo de intervenção, destacando os recursos utilizados, os desafios enfrentados e os aspectos que favoreceram o engajamento dos participantes. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa na forma de relato de experiência, que busca contribuir para a compreensão do potencial das práticas interventivas no contexto institucional, especialmente aquelas voltadas para o fortalecimento de vínculos, o desenvolvimento socioemocional e a promoção de fatores protetivos na adolescência.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Relatar e avaliar a experiência vivenciada durante a aplicação do projeto piloto do Programa de Promoção do Desenvolvimento Saudável para Adolescentes Acolhidos (PROSA) em instituições de acolhimento.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Apresentar o Programa PROSA e seus objetivos.
- Relatar o processo de capacitação para aplicação do Programa PROSA.
- Analisar os resultados obtidos através da intervenção com os adolescentes.
- Refletir sobre os resultados observados ao longo do processo de intervenção.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

#### **3.1 Adolescências**

O conceito de adolescência possui variações de acordo com os atravessamentos histórico-culturais ao longo dos anos. Inicialmente, essa fase era estritamente compreendida como um período de transição para a vida adulta, moldado pelas transformações sociais e econômicas decorrentes do avanço do sistema capitalista durante a Revolução Industrial. No entanto, conforme destacam Ariès (1986) e Faria e Leão (2009), à medida que o processo produtivo se tornou mais complexo e passou a demandar mão de obra mais qualificada, a adolescência passou a ser entendida como uma etapa distinta da vida, marcada pela preparação para ingresso do jovem no mundo do trabalho e com isso houve afastamento progressivo do mercado laboral.

Com uma mudança de paradigma, compreende-se na atualidade a adolescência como uma etapa do ciclo vital caracterizada por intensas transformações físicas, psicológicas, sociais e ambientais. Ademais, tais mudanças estão diretamente relacionadas ao contexto sociocultural em que ocorre o desenvolvimento, influenciando a forma como essa fase da vida é experienciada e interpretada (SIFUENTES, DESSEN, & OLIVEIRA, 2007). Diante disso, reduzir essa fase a um estágio simplificado seria um retrocesso, haja vista que os processos vivenciados pelos adolescentes tornam esse momento singular e fundamental para o desenvolvimento humano.

De acordo com Papalia (2013), a adolescência pode ser entendida como uma construção social, cujas características e significados variam conforme o tempo e o contexto cultural em que se insere. Embora seja frequentemente delimitada como pré adolescência (entre 10 e 14 anos) e a adolescência (dos 15 aos 19 anos) pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no Brasil, essa etapa é oficialmente reconhecida, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entre o período que compreende dos 12 aos 18 anos incompletos (BRASIL, 1990) Além disso, as transformações de ordem biopsicossociais que envolvem dimensões biológica, psicológica e social, reforçam o caráter complexo e dinâmico nessa etapa da vida.

As transformações biológicas referentes à puberdade na adolescência são compreendidas como um fenômeno universal vivenciado por esses sujeitos, as alterações

visíveis como o crescimento dos pelos, a maturação do órgão sexual, mudanças na voz e entre outras, acentuam essa transição para nova etapa do desenvolvimento. No entanto, Shoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silvaes (2010), afirmam nesta fase o envolvimento de elementos de aspectos subjetivos e sociais complexos que vão para além de mudanças físicas.

Dentre esses aspectos, a construção da identidade é um marcador importante associado a grandes desafios enfrentados pelos adolescentes, uma vez que lidar com a integração de mudanças internas e demandas externas do meio social torna-se uma tarefa desafiadora. Segundo Kimmel e Weiner (1998), quanto mais desenvolvida estiver essa identidade, maior será a capacidade do adolescente de reconhecer suas semelhanças e diferenças em relação aos outros, além de compreender com mais clareza suas próprias habilidades e limitações. Em contrapartida, é possível que uma identidade pouco consolidada possa gerar maior dependência da aprovação alheia, dificultando tanto a autoavaliação quanto a se reconhecer um sujeito diferente do outro. Junto a este processo, tem-se a articulação de fatores intrapessoais, interpessoais e culturais, exigindo uma constante adaptação entre os desejos internos e as expectativas sociais imposta, tornando essa fase essencialmente complexa mas que desempenha um papel decisivo na constituição da subjetividade.

Junto à construção identitária, fatores como crenças, valores, vínculos afetivos e as experiências no ambiente familiar e comunitário influenciam diretamente a maneira como o adolescente se percebe e se posiciona no mundo. Além disso, outro fator diretamente relacionado ao desenvolvimento na adolescência é o impacto do próprio contexto e das realidades enfrentadas por esses sujeitos.

Tendo em vista que ambientes que favorecem vínculos afetivos estáveis, com acesso a recursos sociais, culturais e educacionais de qualidade, podem potencializar o desenvolvimento emocional e social dos adolescentes, promovendo uma maior capacidade de enfrentamento dos desafios dessa etapa. Por outro lado, quando o ambiente é marcado por precariedade, negligência, violência ou exclusão social, esses sujeitos podem ter o desenvolvimento emocional e social comprometido devido à interferência desses fatores, dando lugar a trajetórias permeadas por rupturas, inseguranças e fragilidades. Como apontam Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silvaes (2010), determinados contextos de desenvolvimento podem contribuir para o curso de trajetórias singulares que, em vez de potencializarem o crescimento, acentuam situações de risco e vulnerabilidade.

Dessa forma, tais condições evidenciam que as experiências adversas, quando persistentes e não mediadas por redes de apoio consistentes, tendem a deixar marcas profundas que ultrapassam a adolescência, refletindo-se na vida adulta. A exposição contínua à negligência, à violência e à exclusão social pode afetar significativamente a constituição da subjetividade, prejudicar a construção de vínculos seguros e aumentar o risco de desenvolvimento de padrões comportamentais disfuncionais e transtornos psíquicos na idade adulta (SANTOS, 2020).

Nesse caso, destaca-se a necessidade de compreender o contexto como uma dimensão central para a formulação de intervenções, políticas públicas e práticas educativas que promovam o desenvolvimento integral dos adolescentes.

Portanto, compreender a adolescência é interpretá-la como uma etapa multifacetada, na qual estão englobados diversos aspectos do desenvolvimento humano. Esses aspectos implicam transformações que contribuem para uma construção singular dos jovens. Ademais, atentar-se aos diferentes fatores e aos impactos do contexto no cotidiano desses sujeitos torna-se necessário para que essa fase não seja vivida de forma isolada ou negligenciada, mas sim amparada por uma rede de apoio que envolva a participação da família, da escola, das instituições e da sociedade como um todo.

### **3.2 Acolhimento Institucional de adolescentes**

Historicamente no contexto brasileiro, a institucionalização de crianças e adolescentes consolidou-se como uma prática recorrente e posteriormente naturalizada, utilizada como resposta imediata a situações de pobreza, vulnerabilidade social ou risco. Nessas circunstâncias, o afastamento do convívio familiar era frequentemente adotado sem considerar os impactos subjetivos e o desenvolvimento integral desses sujeitos, que, uma vez acolhidos por instituições, tinham sua liberdade restringida e seus direitos negligenciados até atingirem a maioridade. Tais instituições, em sua maioria, operam sob lógicas de contenção, disciplina e exclusão, pouco se comprometendo com o cuidado ou com a promoção de vínculos afetivos. Rizzini (2004), afirma que a institucionalização esteve historicamente marcada por abandono, perdas, violência e sofrimento, evidenciando que o reconhecimento da infância e da adolescência como fases que exigem cuidado e proteção foi sendo construído apenas de forma gradual ao longo do tempo.

Um dos eventos simbólicos desse cenário foi a prática da Roda dos Expostos, vigente do período colonial até meados do século XX. Esse dispositivo consistia em um tambor giratório localizado na entrada de instituições como colégios internos, seminários, asilos, escolas de aprendizes artífices, educandários e reformatórios, no qual responsáveis, de forma anônima, deixavam seus filhos (RIZZINI, 2004). A entrega dessas crianças estava, em grande parte, relacionada à ausência de condições materiais e sociais para criá-las. Embora a intenção inicial fosse oferecer proteção à criança abandonada, na prática, tais instituições operam pela lógica de exclusão, negligência e exploração em alguns casos.

A regulamentação da assistência à infância no Brasil ganhou contornos legais com a promulgação do Código de Menores de 1927, estabelecido pelo Decreto nº 17.943-A. Essa legislação instituiu um modelo de tutela e controle voltado especialmente às crianças e adolescentes considerados “abandonados” ou “delinquentes”, organizando um sistema de proteção direcionado à população infantil em situação irregular (PEREZ; PASSONE, 2010). Porém, mesmo regulamentado, na prática o código reforçava uma lógica repressiva e excludente, ao tratar a infância pobre como objeto de intervenção do Estado, legitimando a institucionalização compulsória e associando a pobreza à periculosidade (RIZZINI, 2004; PEREIRA, 2013). Algumas instituições destinadas a esses menores operam frequentemente sob uma perspectiva disciplinar, com ênfase no controle e na correção moral, sem um compromisso efetivo com o desenvolvimento integral desses sujeitos. Como destaca Rizzini (2008), os anos subsequentes ao Código de Menores foram marcados por denúncias de injustiças nos atendimentos oferecidos à população infantojuvenil, revelando, assim, a distância entre os direitos das “crianças” e a exclusão dos “menores” pobres, que sequer eram reconhecidos como sujeitos com direito à infância.

Após a redemocratização do país e o fortalecimento das mobilizações sociais e lutas por direitos, uma mudança significativa no cuidado às crianças e adolescentes foi consolidada com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Essa legislação representou um marco ao romper com a lógica punitiva do antigo Código de Menores, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Entre as medidas previstas, destaca-se o acolhimento institucional, definido no Capítulo III do ECA como uma medida excepcional e provisória de proteção, aplicada apenas quando esgotadas todas as possibilidades de manutenção familiar ou comunitária. Sendo assim, o objetivo do acolhimento é de garantir a proteção de crianças e adolescentes em situação de

vulnerabilidade por um período determinado, buscando-se, paralelamente, a reintegração familiar ou, quando necessário, a destituição do poder familiar, possibilitando a adoção ou a inserção em família substituta (Lei nº 8.069/1990).

À luz do ordenamento jurídico, os princípios de proteção à infância foram reafirmados também no plano internacional, por meio da Convenção sobre os Direitos da Criança, promovendo a consolidação de um novo paradigma na garantia de direitos (MACIEL, 2019).

A Lei nº 8.069/90 estabelece fundamentos orientados pela doutrina da proteção integral, garantindo à criança e ao adolescente prioridade absoluta, direito à convivência familiar e comunitária, e reconhecimento como sujeitos de direitos. Dentre os princípios fundamentais presentes no Estatuto, destacam-se: o princípio da proteção integral, o princípio da prioridade absoluta, o princípio do melhor interesse da criança, o princípio da convivência familiar e comunitária, o princípio da municipalização do atendimento, o princípio da participação e o princípio da responsabilização. Tais diretrizes constituem o alicerce para a formulação de políticas públicas e práticas institucionais que respeitem a condição peculiar de desenvolvimento das crianças e adolescentes, promovendo sua dignidade, autonomia e cidadania (Brasil, 1990).

A consolidação desse novo marco legal retirou as crianças e adolescentes da condição de objetos de tutela para reconhecê-los como sujeitos de direitos, assegurados por normas e políticas públicas (CARNEIRO, 2019). Entretanto, embora o ECA represente um avanço significativo, persistem desafios na efetivação de suas diretrizes. A atuação estatal, muitas vezes fragilizada, compromete a materialização da proteção integral prevista em lei, tornando o acolhimento institucional — idealmente transitório — uma resposta ainda necessária em muitos casos.

Apesar das críticas históricas ao modelo de institucionalização, é necessário reconhecer que, quando realizado com base nos princípios legais e com equipes capacitadas, o acolhimento institucional pode representar uma medida protetiva essencial para crianças e adolescentes em risco. Em contextos marcados por abandono, negligência ou violência familiar, a instituição pode oferecer um espaço de cuidado, segurança e reconstrução de vínculos. Programas estruturados dentro dessas instituições têm se mostrado eficazes na promoção da autoestima, estabilidade emocional e desenvolvimento social dos jovens, preparando-os para a reinserção familiar ou autonomia progressiva.

Além disso, conforme destacado por Oriente e Souza (2007), o acolhimento institucional pode funcionar como uma estratégia de enfrentamento frente aos impactos da violência, do abandono e do sofrimento vivenciados por crianças, adolescentes e suas famílias. No entanto, para que se constitua como espaço realmente protetivo, é necessário que a instituição ofereça um ambiente estruturado, acolhedor e capaz de promover vínculos afetivos seguros (PARRA et al., 2019). Nesse sentido, o acolhimento pode ser um fator de proteção importante quando as práticas institucionais estiverem alinhadas com os princípios da proteção integral.

Por outro lado, o próprio espaço institucional pode também representar um fator de risco, dependendo da ausência de suporte emocional, da rotatividade de profissionais ou da descontinuidade de projetos educativos. Como apontam Salina-Brandão e Williams (2009), o acolhimento institucional apresenta uma dimensão paradoxal: pode tanto promover proteção quanto gerar novas formas de vulnerabilidade, dependendo da qualidade das ações desenvolvidas no cotidiano das instituições.

### **3.3 Fatores de risco**

A trajetória de adolescentes em acolhimento institucional é marcada por uma complexa tensão entre fatores de risco e proteção, no qual impactam diretamente o seu desenvolvimento. Esses fatores assumem uma dimensão central na medida em que atravessam aspectos cognitivos, emocionais e sociais dos jovens. Sendo assim, compreender a dinâmica entre risco e proteção é essencial para o planejamento de ações práticas que favoreçam intervenções eficazes, proporcionando um acolhimento verdadeiramente protetivo e promotor do fortalecimento da subjetividade e da autonomia dos adolescentes (BRASIL, 2009).

Destaca-se que a fragilidade do vínculo afetivo no contexto do acolhimento institucional pode se configurar como um elemento de risco para o desenvolvimento dos adolescentes. A chegada à instituição, muitas vezes antecedida por vivências de negligência, abandono e rupturas familiares, tende a deixar marcas emocionais profundas, refletidas em resistências relacionais tanto com os profissionais quanto com os demais acolhidos. Esses adolescentes frequentemente apresentam medos, desconfiança e incertezas quanto ao seu futuro, o que dificulta a abertura para novas conexões afetivas (CUNEO, 2009; ROTONDARO, 2002). Pesquisas apontam que essa dificuldade de vinculação é frequentemente alimentada por experiências anteriores de abandono, o que faz com que

muitos adolescentes percebiam qualquer tentativa de aproximação como uma ameaça emocional, dificultando a construção de vínculos seguros e duradouros (HECHT & SILVA, 2009).

Um fenômeno também característico do contexto institucional e que se torna um obstáculo é a questão da transitoriedade. Tendo em vista a rotatividade de educadores, de funcionários e a instabilidade nas relações com os pares geram um sentimento de incerteza e insegurança, reforçando a ideia de que as figuras de apoio podem desaparecer a qualquer momento e com isso o enfraquecimento da possibilidade de confiar e se vincular genuinamente (ANDRADE, 2011)

Outro fator de risco está relacionado ao tempo prolongado da institucionalização. Alguns estudos mostram que acolhimentos precoces e duradouros podem estar associados a prejuízos no desenvolvimento cognitivo, assim como a dificuldades na formação de vínculos afetivos (Sigal et al., 2003; Bellamy, 2008). Ademais, a permanência institucional prolongada tende a enfraquecer a rede de apoio externa, reduzindo tanto o número de vínculos significativos quanto a percepção de proximidade com figuras de referência (SIQUEIRA & DELL'AGLIO, 2006). Silva (2012) destaca a importância de considerar o tempo de acolhimento também sob uma perspectiva subjetiva, levando em conta os impactos emocionais dessa experiência e respeitando os limites e vivências individuais. Dessa forma, o planejamento para o retorno familiar ou encaminhamento para outras formas de cuidado deve ser construído de maneira cuidadosa e participativa, considerando a singularidade de cada trajetória.

A vivência de violência, abandono e negligência, muitas vezes anterior ao acolhimento institucional, se apresenta como fator de risco para o desenvolvimento do público infante-juvenil. Tendo em vista, que essas experiências podem comprometer a formação de vínculos estáveis, além de favorecer a desregulação emocional e comportamentos defensivos diante das relações interpessoais (BERNARDI, 2010; LOPES, 2017). Em contextos institucionais onde não há suporte emocional consistente, essa vulnerabilidade tende a se intensificar, tornando o próprio acolhimento um ambiente potencialmente gerador de sofrimento.

Somando a essas questões, estudos realizados por Bernardi (2010) e Lopes (2017) indicam que adolescentes acolhidos que vivenciaram no pré-acolhimento situações de violência,

abandono e negligência tendem a apresentar maior desregulação emocional e comportamentos defensivos nas relações interpessoais. Complementando esses achados, tais experiências negativas, quando somadas aos desafios no ambiente escolar, se manifestam em dificuldades como baixa capacidade de concentração, desmotivação e pouco engajamento com o processo de aprendizagem. Nesse sentido, o baixo rendimento escolar não se configura exclusivamente como uma questão pedagógica, mas como um reflexo das feridas emocionais acumuladas ao longo da trajetória desses adolescentes (MIDDELTON-MOZ & ZAWADSKI, 2007; STEVANATO et al., 2003).

O estigma social associado à condição de acolhido configura-se como um dos principais desafios enfrentados por adolescentes institucionalizados. Os termos frequentemente utilizados, como “pivete”, e “menor”, são expressões carregadas de preconceitos que esses sujeitos a estigmas sem considerar suas histórias. Ayres et al. (2010) ressaltam que tais rótulos não surgem de forma aleatória, mas resultam de uma construção histórica que associa a infância pobre à ideia de ameaça social. O contato contínuo com esse tipo de rotulação pode exercer forte pressão emocional, afetando negativamente o processo de construção identitária e da autoestima desses jovens. Para além da exclusão social, essa dinâmica tende a intensificar suas vulnerabilidades emocionais e comprometer a formação de vínculos e o desenvolvimento de habilidades de convivência e sociabilidade.

Vale ressaltar que, a exposição frequente do público infantojuvenil a violência configura-se como um problema de saúde pública e é considerada um fator de risco para a vida desses sujeitos, pois tais violações de direitos afetam diretamente na forma como esses sujeitos estabelecem seus vínculos (BERNARDI, 2010). Nesse sentido, a vulnerabilidade social associada à exposição de violências é prejudicial, podendo provocar instabilidade nas relações interpessoais dos adolescentes favorecendo maiores episódios de desregulação emocional, especialmente em trajetórias atravessadas por experiências de abandono e rejeição (LOPES, 2017). Alinhado a esta perspectiva, contextos não protetivos devem ser considerados intensificadores das vulnerabilidades, configurando-se como ambiente de risco para crianças e adolescentes.

### **3.4 Fatores Protetivos**

Diante da multiplicidade de fatores de risco identificados na vivência institucional, é também fundamental reconhecer que o acolhimento, quando efetivamente configurado como

um espaço de ressignificação e fortalecimento de práticas voltadas ao cuidado, pode oferecer oportunidades de transformação para esses jovens. A presença de vínculos afetivos consistentes, o acesso a oportunidades de socialização e a atuação sensível e qualificada dos profissionais se consolidam como alguns fatores protetivos fundamentais, capazes de mitigar os impactos dessas vulnerabilidades.

Apesar de os adolescentes chegarem ao acolhimento com vínculos fragilizados por experiências negativas passadas, o contexto institucional também pode se tornar um espaço de reconstrução afetiva e proteção para abertura emocional. De acordo com Siqueira e Dell'Aglio (2006), o abrigo oferece não apenas proteção física, mas também um espaço relacional que proporciona possibilidades de interação, cooperação e pertencimento. As relações consistentes dentro da instituição podem atuar como um poderoso recurso de proteção. Com o tempo e por meio de interações estáveis e acolhedoras, muitos adolescentes conseguem ressignificar suas experiências de abandono e desconfiança, passando a reconhecer nos cuidadores figuras de apoio. Tais elementos favorecem a criação de vínculos baseados em confiança e afeto, os quais podem mediar a superação das adversidades vividas e fortalecer a resiliência dos adolescentes. Dessa forma, o vínculo construído no acolhimento se destaca como fundamental e funciona como recurso essencial para o desenvolvimento tanto emocional quanto para relações interpessoais.

O isolamento é uma das marcas recorrentes na trajetória de muitos adolescentes institucionalizados. Estudos indicam que a manutenção de vínculos restritos ao ambiente institucional podem limitar suas perspectivas de vida. Portanto, ampliar a abertura da instituição ao meio externo por meio do acesso à escola, atividades culturais, religiosas e comunitárias, contribuem para a diversificação das experiências sociais e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento (CAVALCANTE, MAGALHÃES & PONTES, 2007). Além disso, a vivência em ambientes organizados, com rotinas claras e estímulos variados, favorecem o desenvolvimento de competências sociais e cognitivas, além de reforçar a autonomia e a autoestima dos adolescentes (WEBER, 2007). Assim, a articulação entre o acolhimento e a comunidade configura-se como um fator protetivo relevante, capaz de romper barreiras relacionais, promover a reintegração social e estimular novas aberturas para a vida em sociedade.

Além dos cuidados externos, o acolhimento institucional pode também fortalecer dimensões internas fundamentais ao desenvolvimento emocional dos adolescentes. Fatores

como o conceito e a autoeficácia favorecem a construção de uma autoimagem positiva e a percepção de competência para lidar com desafios e planejar o futuro. Ao estimular essas capacidades, o acolhimento contribui para o desenvolvimento da autonomia e da resiliência. Embora os fatores protetivos variem conforme o contexto, a literatura destaca que certas características de personalidade, como senso de controle, otimismo e resiliência, tendem a funcionar como recursos estáveis diante da adversidade (BONANNO, ROMERO & KLEIN, 2015). Nessa perspectiva, a promoção do autoconceito e da autoeficácia no contexto do acolhimento se mostra essencial para que os adolescentes avancem em seu processo de desenvolvimento com maior estabilidade emocional e capacidade de projetar metas para o futuro.

Diante da importância dos fatores protetivos no cotidiano institucional, torna-se necessário considerar estratégias que ampliem o repertório de competências dos adolescentes acolhidos, promovendo sua autonomia e capacidade de enfrentamento. Uma dessas estratégias é o Treinamento em Habilidades Sociais (THS), que tem como objetivo favorecer a construção de competências relacionais e comportamentos saudáveis (MURTA, DEL PRETTE & DEL PRETTE, 2010). A Organização Mundial da Saúde reconhece o THS como uma ação promotora de saúde, especialmente em contextos de vulnerabilidade, ao incentivar o desenvolvimento de habilidades como empatia, assertividade, cooperação e autorregulação. Possíveis déficits nessas competências podem prejudicar o andamento das etapas do ciclo vital do indivíduo, resultando em problemas psicológicos como condutas antissociais, desajuste escolar, dificuldades nos relacionamentos, depressão e risco de suicídio (SILVA & MURTA, 2009). Nesse sentido, a implementação de programas de intervenção estruturados durante a vivência do acolhimento institucional torna-se fundamental, quando alinhado com objetivo de oferecer suporte emocional aliado a ferramentas práticas que favorecem a construção de vínculos mais saudáveis e construção de trajetórias de vida dos adolescentes..

Contudo, apesar da relação paradoxal entre risco e proteção no acolhimento, é importante reconhecer que, mesmo o ambiente institucional não seja o ambiente ideal para o desenvolvimento dos adolescentes, essas instituições, quando bem estruturadas e orientadas pelos princípios de proteção e cuidado, podem exercer um papel central na vida dos que ali residem. Por isso, torna-se fundamental que promovam experiências de socialização e favoreçam a construção de vínculos afetivos significativos. Considerando a importância de contextos protetivos durante a adolescência, espera-se que as relações estabelecidas no

acolhimento sejam estáveis e acolhedoras, formando uma rede de apoio que auxilie os jovens a enfrentar adversidades e favoreça seu pleno desenvolvimento (SIQUEIRA, 2012). Garantir a efetividade desses fatores protetivos no cotidiano institucional é essencial para minimizar os impactos negativos da institucionalização e possibilitar a reconstrução de trajetórias mais seguras e saudáveis (MAIA; WILLIAMS, 2005; SALINA-BRANDÃO; WILLIAMS, 2009).

### **3.5 Bases Conceituais da Terapia do Esquema**

A Terapia do Esquema (TE) foi inicialmente desenvolvida por Jeffrey Young como uma ampliação da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), com foco ao tratamento de casos voltado para transtornos de personalidade e padrões emocionais crônicos que não respondiam ao tratamento da TCC tradicional. A abordagem trata-se de uma versão integrativa a qual incorpora elementos de diferentes escolas teóricas, como a Teoria do Apego, a Gestalt Terapia, a Psicanálise e a Construtivistas (YOUNG, KLOSKO, & WEISHAAR, 2008), constituindo um modelo abrangente com intuito e eficaz de intervenção clínica

Diferentemente da TCC tradicional, focalizada em pensamentos disfuncionais atuais, a Terapia do Esquema volta-se para a origem desses padrões, localizados geralmente em experiências vividas na infância e adolescência. Desse modo, a TE tem uma ampliação em comparação com TCC ao considerar a influência dos vínculos precoces e da frustração das necessidades emocionais básicas no desenvolvimento de padrões desadaptativos que persistem ao longo da vida. Dentre os fundamentos que estruturam esse modelo teórico-clínico, destacam-se os chamados Esquemas Iniciais Desadaptativos (EIDs), os domínios esquemáticos, os processos envolvidos na ativação e manutenção dos esquemas, e os modos esquemáticos, representando diferentes estados emocionais e formas de enfrentamento adotadas pelas pessoas (WAINER & RIJO, 2016). Esses conceitos são essenciais para a compreensão da proposta clínica da TE.

#### **3.5.1 Esquemas Iniciais Desadaptativos**

Os Esquemas Iniciais Desadaptativos são compreendidos como padrões cognitivos e emocionais duradouros e que, geralmente, se formam na infância ou adolescência, sobretudo quando há frustração contínua das necessidades emocionais fundamentais como, vínculo seguro, autonomia, competência, identidade e expressão emocional (YOUNG, KLOSKO & WEISHAAR, 2008). Com o tempo, esses esquemas se tornam estruturas persistentes, que

operam de maneira automática e influenciam diretamente a forma como o indivíduo interpreta a si mesmo, os outros e o mundo ao seu redor. Essas experiências estão frequentemente relacionadas a vivências precoces dolorosas, o que faz com que os EIDs moldem pensamentos, sentimentos e comportamentos e se repetindo em diferentes contextos ao longo da vida.

De acordo com Young, esses esquemas configuram padrões desadaptativos que se cristalizam como parte do funcionamento da personalidade, sendo relativamente estáveis e difíceis de modificar sem intervenção terapêutica. Quando não elaborados, podem estar diretamente associados ao desenvolvimento de sintomas emocionais e transtornos psicológicos, contribuindo para a manutenção do sofrimento psíquico (OLIVEIRA et al., 2008). É também importante destacar, que os EIDs englobam crenças rígidas percebidas como verdades absolutas. Essas crenças por gerarem uma sensação de previsibilidade e segurança, mesmo que ainda disfuncional, acabam tornando difícil ao indivíduo questioná-las ou possibilitar uma análise mais lógica e realista da situação (WAINER & RIJO, 2016).

Diante disso, Young (2003), pressupõe a existência de algumas tarefas primárias que quando supridas da maneira correta pelos cuidadores e pelo ambiente podem contribuir para que a criança desenvolva esquemas mentais mais saudáveis. As cinco tarefas são caracterizadas como, conexão e aceitação, autonomia e desempenho, limites realistas, respeito aos seus desejos, espontaneidade e prazer. Em contrapartida, se o ambiente parental ou social for precário, possivelmente, a criança poderá desenhar EIDs de um ou mais domínios.

### **3.5.2 Domínios Esquemáticos**

A partir da perspectiva da Terapia do Esquema, foram identificados 18 esquemas iniciais desadaptativos, organizados em cinco grupos denominados domínios esquemáticos. Cada domínio é correspondente a etapas críticas do desenvolvimento da criança e do adolescente, no qual se espera que os cuidadores e o ambiente ofereçam suporte adequado às necessidades emocionais do indivíduo (WAINER, 2016). Quando essas demandas não são suficientemente atendidas, há maior probabilidade de que se desenvolvam EIDs específicos vinculados a cada um desses domínios, conforme apresentado na Tabela 1.

**Tabela 1** – Domínios Esquemáticos e os EIDs associados.

<b>DOMÍNIOS ESQUEMÁTICOS</b>	<b>ESQUEMAS INICIAIS DESADAPTATIVOS</b>
Desconexão e Rejeição	Abandono e Instabilidade Desconfiança e Abuso Privação Emocional Defectividade e Vergonha Isolamento social e Alienação
Autonomia e desempenho prejudicados	Dependência e Incompetência Vulnerabilidade Emaranhamento Fracasso
Limites prejudicados	Arrogo e Grandiosidade Autocontrole e Autodisciplina insuficientes
Orientação para o outro	Subjugação Autossacrifício Busca de aprovação e Reconhecimento
Supervigilância e Inibição	Negativismo e pessimismo Inibição emocional Padrões Inflexíveis e Postura crítica exagerada Postura punitiva

*Fonte: Young, Klosko, & Weishaar, 2008.*

Conforme visto, os Domínios Esquemáticos referem-se aos mecanismos por meio dos quais os Esquemas Iniciais Desadaptativos são mantidos e reforçados ao longo do tempo. Neste processo estão englobados tanto ações internas quanto comportamentos externos, funcionando como estratégias de enfrentamento utilizadas pelo indivíduo para lidar com o ambiente, ainda que de forma disfuncional (YOUNG, KLOSKO, & WEISHAAR, 2008; WAINER & RIJO, 2016)

Os Processos Esquemáticos representam padrões típicos de funcionamento que contribuem para a perpetuação dos EIDs, manifestando-se em três formas principais: manutenção do esquema, evitação e hipercompensação. A partir da articulação entre EIDs, domínios esquemáticos e processos esquemáticos.

É relevante considerar que os esquemas iniciais desadaptativos são formados a partir da interação entre fatores inatos, como o temperamento emocional e as primeiras experiências vividas nos primeiros anos de vida. A forma como as necessidades emocionais estão sendo ou

não atendidas nesse período assume um papel decisivo na constituição desses esquemas. (YOUNG, KLOSKO, & WEISHAAR, 2008; WAINER & RIJO, 2016). A forma como as necessidades emocionais serão ou não atendidas nesse período, exerce papel decisivo na constituição desses esquemas. Segundo Wainer (2016), o temperamento influencia diretamente a sensibilidade de cada indivíduo as suas necessidades emocionais, nesses casos algumas crianças podem demandar mais afeto no início da vida, enquanto outras necessitam de limites mais claros. Assim, os esquemas podem ser compreendidos como estruturas mentais que organizam a experiência subjetiva e contribuem para a formação de traços da personalidade, tendo a infância como um período decisivo nesse processo. (Paim e Rosa, 2016).

### **3.5.3 Esquemas Iniciais Desadaptativos presentes em adolescentes em situação de Acolhimento Institucional**

Adolescentes em situação de acolhimento institucional geralmente carregam em sua trajetória experiências marcadas por rupturas afetivas, negligência e violações de direitos, vivenciadas ainda no contexto familiar. Geralmente essas vivências estão associadas no período de “pré acolhimento”, favorecendo a formação de Esquemas Iniciais Desadaptativos que impactam diretamente seu desenvolvimento emocional desses sujeitos e suas relações interpessoais. Estudos têm apontado a presença recorrente desses esquemas em jovens institucionalizados, reforçando a importância de compreender tais padrões como parte central no planejamento de intervenções terapêuticas e psicoeducativa

A pesquisa realizada por Santos e Peixoto (2023) corrobora essa ideia ao demonstrar que adolescentes em acolhimento institucional frequentemente desenvolvem EIDs como resultado de vivências negativas anteriores. As experiências anteriores ao período de institucionalização são marcadas por sentimentos de vulnerabilidade, rejeição e desconfiança em relação aos cuidadores, comprometendo o bem-estar emocional dos adolescentes.

Além disso, a pesquisa aponta que os participantes possuem manifestações clínicas como ansiedade, sintomas depressivos, comportamentos agressivos e dificuldades nos vínculos sociais. Esses achados evidenciam a estreita relação entre eventos traumáticos precoces e o desenvolvimento de padrões emocionais e comportamentais desadaptativos, o que destaca a importância de intervenções que considerem tanto os aspectos emocionais

quanto os esquemas que sustentam esses modos de funcionamento. (SANTOS & PEIXOTO, 2023)

Diante disso, compreender os Esquemas Iniciais Desadaptativos no contexto do acolhimento institucional contribui para lançar luz sobre os impactos emocionais das experiências prévias vividas pelos adolescentes, além de fundamentar a importância de intervenções que favoreçam vínculos seguros, expressão emocional e fortalecimento da autoestima. Tais aspectos se mostram centrais na construção de propostas psicoeducativas voltadas para esse público, como se evidenciará no relato da experiência apresentado a seguir.

### **3.6 Teoria Bioecológica do Desenvolvimento**

A compreensão do desenvolvimento humano requer uma análise para além das características individuais, incorporando os múltiplos contextos nos quais os sujeitos estão inseridos ao longo da vida. No caso de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, essa compreensão torna-se ainda mais complexa, uma vez que seus processos de desenvolvimento e subjetivação são atravessados por experiências de ruptura, vulnerabilidade e a necessidade de reconstrução dos vínculos afetivos. Diante disso, torna-se necessário adotar um referencial que considere o desenvolvimento como um fenômeno dinâmico, relacional e contextualizado.

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), proposta por Urie Bronfenbrenner, entende que o desenvolvimento é compreendido como um processo dinâmico que resulta da interação entre fatores individuais, contextuais, relacionais e temporais. Esse modelo, de inserção é amplamente utilizado na Psicologia do Desenvolvimento, permitindo analisar o ser humano em sua inserção nos múltiplos contextos da vida cotidiana, considerando não apenas suas características pessoais, mas também os ambientes nos quais está inserido e as transformações que ocorrem ao longo do tempo (Ceconello & Koller, 2016). Nesse sentido, a TBDH oferece um olhar integrado e sensível às realidades sociais, culturais e econômicas, sendo especialmente relevante para compreender contextos e os efeitos da vulnerabilidade social marcados pela fragilidade de vínculos familiares, instabilidade institucional, desigualdade socioeconômica e exclusão (BRONFENBRENNER, 2011).

Este tipo de pesquisa fundamenta-se no modelo Processo, Pessoa, Contexto, Tempo, (PPCT), que permite a análise do desenvolvimento humano através do resultado de interações

dinâmicas e contínuas entre o indivíduo e os múltiplos contextos em que está inserido. Nesse modelo, o processo refere-se às interações recíprocas entre a pessoa e seu ambiente, sendo essenciais para promover transformações no desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 1996).

A pessoa é compreendida em sua totalidade, considerando aspectos biológicos, cognitivos, emocionais e comportamentais (BRONFENBRENNER, 1996). O contexto abrange diferentes níveis de ambientes interligados onde se desenrolam os processos desenvolvimentais, sendo dividido assim em microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema, todos com influência direta ou indireta sobre o indivíduo. Por fim, o tempo envolve tanto as mudanças que ocorrem ao longo do ciclo de vida individual quanto os eventos históricos e sociais que marcam o desenvolvimento em determinada época (BRONFENBRENNER, 1996; MORRIS, apud POLETTI; KOLLER, 2008).

O microssistema corresponde ao ambiente mais imediato da pessoa, onde ocorrem as interações mais diretas e frequentes. Quando a criança e ou adolescente é afastado do convívio familiar, há uma mudança significativa nesse sistema, tendo em vista que a família deixa de ocupar o lugar central e o ambiente institucional passa a compor seu microssistema. Essa transição altera não apenas o espaço físico, mas também as relações e redes de apoio anteriormente estabelecidas (BRONFENBRENNER, 1996).

Ao ser inserida em um novo microssistema a criança ou adolescente passa a interagir em diferentes contextos, como a mudança de casa, do ambiente escolar e de convivência, o que transforma sua rede social e afetiva. Com isso, estabelece novos vínculos com cuidadores, professores e colegas. A articulação entre esses diversos ambientes compõe o mesossistema, formado pelas conexões entre os microssistemas nos quais a criança está inserida. No contexto do acolhimento institucional, o mesossistema envolve as interações entre a instituição, a família de origem, a escola e a comunidade (BRONFENBRENNER, 1996).

O exossistema compreende ambientes nos quais o adolescente institucionalizado não está diretamente presente, mas que influenciam sua vida de forma significativa, como exemplo, as decisões administrativas da instituição de acolhimento, o funcionamento do sistema judiciário ou os serviços sociais responsáveis por seu encaminhamento. Já o macrosistema engloba as estruturas mais amplas da sociedade, como valores culturais, normas sociais e políticas públicas. Nesse nível, destacam-se as políticas de proteção à

infância e adolescência, que orientam as práticas institucionais e determinam, por exemplo, os critérios e diretrizes para o acolhimento. Esses sistemas exercem efeitos importantes sobre o cotidiano e as possibilidades de desenvolvimento dos adolescentes acolhidos (BRONFENBRENNER, 1996).

No modelo bioecológico, os processos proximais são considerados os principais motores do desenvolvimento humano, pois se tratam de interações recíprocas, contínuas e cada vez mais complexas entre o indivíduo e os elementos do seu ambiente imediato, como pessoas, objetos e símbolos, no qual ocorrem por meio de e atividades cotidianas (BRONFENBRENNER; MORRIS, apud POLLETO & KOLLER, 2008). Em relação ao contexto institucional, essas interações podem ser observadas em situações rotineiras, como momentos de alimentação, higiene, brincadeiras ou realização de tarefas, nas quais o engajamento ativo das crianças e adolescentes com seus cuidadores favorece o desenvolvimento intelectual, emocional, social e moral (MARTINS; SZYMANSKI, 2004). Os processos proximais no ambiente institucional, ganham relevância como ferramentas de proteção ao desenvolvimento, ocorrendo quando há interações consistentes entre adolescentes e adultos de referência, como educadores e cuidadores, permitindo a construção de vínculos seguros.

Considerando os elementos do modelo PPCT como resultado das interações que sustentam o desenvolvimento humano, a inserção ecológica se mostra uma metodologia fundamental para compreender essas dinâmicas. Trata-se da imersão do pesquisador no campo de estudo com o objetivo de observar, vivenciar e analisar as interações entre os indivíduos e seus ambientes (PONTES, SILVA & MAGALHÃES, 2016). Essa abordagem permite captar, de forma mais sensível e contextualizada, como os sujeitos se desenvolvem a partir da relação com seus contextos cotidianos, revelando os fatores que favorecem ou dificultam essa trajetória.

Diante do exposto, compreende-se que o desenvolvimento de adolescentes em situação de acolhimento institucional requer uma abordagem ampliada, que ultrapasse os limites das características individuais e incorpore os múltiplos contextos, vínculos e experiências que os atravessam. A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano oferece uma base teórica consistente para essa análise, ao conceber o crescimento pessoal como fruto de interações contínuas, recíprocas e contextualizadas ao longo do tempo. Assim, refletir sobre os fatores de risco e proteção presentes no acolhimento, bem como sobre práticas que

fortaleçam os processos proximais e incentivem o protagonismo dos adolescentes, é essencial para promover um cuidado integral e favorecer trajetórias de vida mais seguras, saudáveis e significativas.

## **4 - METODOLOGIA**

### **4.1 Tipo de Pesquisa**

Este trabalho configura-se como um relato de experiência com abordagem qualitativa com caráter interventivo, desenvolvido a partir da atuação como integrante da equipe de pesquisa na implementação do Programa para Promoção do Desenvolvimento Saudável de Adolescentes Acolhidos (PROSA) em uma instituição de acolhimento no município de Mesquita, no estado do Rio de Janeiro. A escolha pelo relato de experiência se justifica por sua capacidade de descrever e refletir criticamente sobre práticas vivenciadas em contextos reais, se tratando de processo interventivo no campo da Psicologia.

Neste contexto, o presente estudo tem como propósito relatar o processo de capacitação para a aplicação do PROSA, apresentar as impressões subjetivas da autora enquanto estudante de Psicologia e participante da equipe de intervenção, bem como refletir sobre o percurso e os resultados observados durante a atuação com os adolescentes. A abordagem qualitativa, por sua vez, permite compreender os significados atribuídos às experiências vividas em campo, valorizando a escuta sensível, a construção relacional e os sentidos produzidos nas interações entre pesquisador, participantes e contexto institucional (BRANDÃO, 2001).

### **4.2 Participantes**

Embora o Programa PROSA tenha sido implementado em três instituições de acolhimento localizadas nos municípios de Mesquita, São João de Meriti e Niterói, este trabalho se dedica exclusivamente à experiência vivida na instituição situada em Mesquita, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. O foco recai sobre a análise do processo de implementação em um contexto específico, considerando as particularidades da instituição e dos adolescentes que participaram das atividades.

Inicialmente participaram da intervenção 8 adolescentes que estavam em situação de acolhimento institucional, com idades aproximadas entre 14 e 17 anos. A inclusão dos adolescentes ocorreu de forma voluntária, mediante autorização da equipe institucional e consentimento dos próprios participantes. A adesão ao programa foi espontânea, sendo respeitada a disponibilidade e o interesse de cada adolescente em participar das atividades propostas pelo programa.

### 4.3 Instrumentos

Durante a etapa de inserção ecológica, utilizada como instrumento metodológico central neste estudo que buscou promover uma aproximação sensível ao cotidiano das instituições, favorecendo a observação direta das dinâmicas, vínculos e rotinas dos adolescentes e profissionais. Essa estratégia permitiu uma imersão no campo, essencial para a compreensão dos processos desenvolvimentais a partir da interação com os múltiplos contextos, conforme proposto pela Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

Além disso, foram utilizados instrumentos específicos para coleta de dados: entrevistas semiestruturadas com profissionais, adaptadas de Antão (2020), com foco nas práticas institucionais, crenças e desafios enfrentados no acolhimento; entrevistas semiestruturadas com adolescentes, elaboradas pela pesquisadora da tese, buscando acessar suas percepções emocionais, vivências e necessidades subjetivas; e o Questionário de Esquemas de Young para Adolescentes (B-YSQ-A), adaptado por BORGES et al. (2020), utilizado para identificar a presença de esquemas desadaptativos. Como parte da estratégia de registro e análise da inserção, além disso utilizou-se como registro documental dos encontros o diário de campo, reunindo descrições detalhadas do cotidiano observado, além de reflexões e impressões subjetivas da equipe de pesquisa, contribuindo para o rigor ético e metodológico da investigação.

Na etapa de implementação do PROSA, outros instrumentos foram utilizados para estruturar e acompanhar o processo de intervenção com os adolescentes acolhidos. O principal instrumento foi o próprio Programa para Promoção do Desenvolvimento Saudável de Adolescentes Acolhidos (PROSA), desenvolvido com base em uma abordagem psicoeducacional e estruturado para ser aplicado em grupo focal. O seu objetivo consistiu em facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais por meio da troca de experiências e da construção de vínculos. O programa foi inspirado no modelo estrutural da Terapia do Esquema em Grupo (YOUNG, KLOSKO; WEISHAAR, 2008) e em princípios da TBDH, sendo dividido em duas versões: uma voltada aos adolescentes, com seis encontros organizados em quatro etapas (vínculo e psicoeducação; análise de comportamentos; planejamento de estratégias; e finalização), e outra direcionada aos facilitadores, com três encontros voltados à motivação, capacitação e planejamento da equipe.

Outros recursos também acompanharam o processo, como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aplicado junto aos adolescentes e instituições como garantia ética da participação. Para acompanhar a intervenção de forma sensível e sistemática, foi utilizado um diário de campo, no qual foram registrados aspectos observados durante os encontros, interações entre participantes e impressões subjetivas da equipe. Este instrumento favoreceu uma análise mais próxima da realidade vivenciada e contribuiu para o rigor metodológico e ético da pesquisa (MORAIS, KOLLER & RAFFAELLI, 2016).

Também foi utilizado o Manual do Facilitador, que orientou a condução dos encontros com explicações teóricas e sugestões de dinâmicas, oferecendo suporte prático à aplicação do programa. Ao final da intervenção, os adolescentes responderam a um questionário de avaliação do PROSA, de autoaplicação, composto por afirmativas e perguntas objetivas e abertas, com o intuito de avaliar a experiência e colher sugestões dos participantes.

#### **4.4 Procedimentos**

##### **4.4.1 Inserção Ecológica**

A inserção ecológica teve início com a formação de uma equipe de pesquisa composta por sete estudantes de Psicologia de diferentes instituições da Baixada Fluminense e de Niterói. Essa equipe foi posteriormente ampliada com a inclusão de seis estudantes da Universidade Unilasalle. A formação da equipe foi essencial para viabilizar a pesquisa em diferentes regiões.

Antes do início das atividades em campo, foi realizado um treinamento com a equipe de pesquisa, com foco em temas como desenvolvimento da adolescência, acolhimento institucional, teoria do esquema e teoria bioecológica. O treinamento teve um encontro inicial de quatro horas e reuniões semanais pela plataforma Google Meet, com supervisões, compartilhamento de experiências e organização da coleta de dados.

A entrada no campo ocorreu por meio de visitas previamente combinadas com as instituições. A equipe se preparava antes de cada encontro e utilizava diários de campo para registrar impressões, observações e interpretações sobre as visitas. Também foram aplicadas entrevistas com profissionais e adolescentes, além do questionário B-YSQ-A. As reuniões semanais serviram como espaço de análise coletiva e reorganização das etapas seguintes.

#### **4.4.2 Implementação do PROSA**

Para a implementação do PROSA na instituição localizada no município de Mesquita, seguiu-se o protocolo geral estabelecido pelo projeto, que previa inicialmente a apresentação da proposta de intervenção à coordenação da casa de acolhimento e à rede de assistência social vinculada. A partir da anuência da instituição, foram realizados os trâmites éticos e administrativos, como a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pela coordenação e pelos participantes adolescentes. Antes do início das atividades com os adolescentes, os facilitadores que compunham a equipe de pesquisa passaram por um processo de capacitação, com encontros voltados à metodologia do programa, aos fundamentos teóricos que o sustentam e à organização prática dos encontros.

Os encontros do PROSA foram realizados presencialmente no espaço da própria instituição de acolhimento. A aplicação seguiu a estrutura prevista no manual do programa, composta por seis encontros voltados aos adolescentes, distribuídos em quatro etapas: (I) estabelecimento de vínculo e psicoeducação, (II) análise dos comportamentos e problemas, (III) planejamento de estratégias para mudança e (IV) finalização. As sessões foram realizadas com frequência semanal, respeitando o planejamento acordado com a equipe da instituição, considerando a rotina da casa e a disponibilidade dos adolescentes participantes.

## **5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **5.1 Estrutura do PROSA**

O Programa PROSA foi estruturado com o intuito de contribuir para o fortalecimento emocional e social de adolescentes em situação de acolhimento institucional. Reconhecendo as experiências de vulnerabilidade e ruptura vividas por esses adolescentes, o PROSA propõe uma intervenção psicoeducativa em grupo, centrada na construção de vínculos, no estímulo à autoestima e no desenvolvimento de habilidades socioemocionais. A estrutura foi organizada em etapas sequenciais, com atividades que favorecem a escuta, a reflexão e o planejamento de estratégias para lidar com os desafios cotidianos, considerando as singularidades do contexto institucional.

A fim de apresentar de forma sistematizada a aplicação do PROSA no contexto da intervenção, os encontros realizados com os adolescentes foram descritos com base em suas respectivas etapas e objetivos. Cada encontro foi planejado para abordar temas centrais ao desenvolvimento emocional e relacional, articulando atividades lúdicas, reflexivas e simbólicas. A seguir, serão descritas as vivências a partir do primeiro encontro, cujo foco principal foi a construção de vínculos e a criação de um espaço de escuta segura e acolhedora.

Dessa forma, o primeiro encontro teve como principal objetivo a criação de um espaço seguro de vínculo e escuta, a fim de favorecer o processo de aproximação entre os adolescentes e os facilitadores. A etapa inicial do PROSA buscou fortalecer as relações interpessoais, promovendo confiança e empatia de forma gradual. Na primeira parte do encontro, também foi realizada a atividade “Quem você admira?”, que incentivou os adolescentes a refletirem sobre figuras significativas em suas vidas. Eles foram convidados a escrever os nomes de três pessoas que admiravam, indicando as características associadas a essa admiração, e, posteriormente, refletiram sobre aspectos de si mesmos que também valorizavam. A proposta contribuiu para o reconhecimento de qualidades pessoais e para a construção da identidade, fortalecendo a autoestima dos participantes.

No segundo encontro, os facilitadores utilizaram a dinâmica “Mão Segura”, com o intuito de promover a conscientização sobre a rede de apoio emocional dos adolescentes. A proposta simbólica consistia em erguer uma das mãos e pensar em pessoas com quem se sentiam seguros e em quem confiavam para compartilhar dificuldades. As figuras mencionadas podiam ser tanto de fora quanto de dentro da instituição, o que permitiu aos

facilitadores observar a diversidade e a profundidade dos vínculos afetivos percebidos pelos participantes. As duas atividades, articuladas em um mesmo encontro, favoreceram a expressão de sentimentos, o reconhecimento de redes de apoio e a criação de um ambiente mais acolhedor para os próximos encontros do programa.

O terceiro encontro faz parte da Etapa II, que busca analisar os comportamentos e problemas no grupo e construir caminhos para a mudança. Neste eixo a proposta era ajudar os adolescentes no reconhecimento de comportamentos que produziam vantagens e desvantagens na convivência do grupo através da dinâmica “Tudo que vai, volta”, para compreender tais comportamentos, e construir coletivamente estratégias de resolução dos conflitos e o reforçamento de comportamentos positivos. Ademais a segunda dinâmica “Eu vejo você... Eu vejo em nós” tinha como incentivo que os participantes formassem duplas e descrevesse três características positivas do seu seu colega.

Após o momento de descrição das características positivas, os facilitadores transcreveram as palavras em uma cartolina, montando uma nuvem de palavras com características identificadas positivas identificadas no próprio grupo.

A Etapa III trabalhada no quarto encontro consistiu em estimular os participantes ao processo de autoconhecimento identificando pensamentos e emoções e refletir sobre esses quando fossem disfuncionais, ou seja, quando produziam impactos negativos, tanto para si quanto na relação com os outros. A primeira dinâmica chamada “Batatinha quente” utiliza da metáfora do sol quente para representar esses pensamentos que causam incômodo e sofrimento nos adolescentes. A dinâmica é uma adaptação do jogo clássico e na medida que o participante fosse “escolhido” no fim da música, deveriam compartilhar um pensamento negativo que recorrentemente lhe surgiam. O grupo também era convidado a refletir se aquele pensamento era útil ou prejudicial ao participante, promovendo a reflexão sobre do reconhecimento desses fenômenos, além da reflexão e uma proposta adaptativa e assertiva para esses pensamentos e emoções.

Uma outra dinâmica ainda realizada nesta atividade foi a “Entrevista”, que propôs o autoconhecimento por meio da troca entre os participantes. Com a formação em duplas, os adolescentes entrevistaram uns aos outros com base em um roteiro previamente elaborado, contendo perguntas sobre gostos pessoais, irritações, habilidades, dificuldades e desejos. Ao fim da entrevista, o grupo era convidado a compartilhar as percepções surgidas na

experiência, favorecendo também a reflexão sobre si e sobre o outro, bem como o desenvolvimento da empatia e da escuta aos colegas.

Na atividade do quinto encontro, os adolescentes foram convidados a construir cartões de enfrentamento aos pensamentos disfuncionais. Por meio da dinâmica “SOS para os pensamentos” foi solicitado que os adolescentes fizessem um resgate do que aprenderam ao longo dos encontros para construir seus cartões, essa construção com pensamentos mais saudáveis possibilitaria uma recordação futura de sentimentos mais agradáveis diante de certas situações.

No sexto encontro, pretendia-se ampliar a harmonia e a postura afetuosa entre os integrantes do grupo e também do sentimento de autoconfiança. Para este encontro contou-se com a dinâmica “Escrevendo um livro sobre sua vida”. Neste último encontro os participantes deveriam utilizar papeis, canetas, cartolinas e outros recursos para auxiliar na construção de um pequeno livro sobre sua própria vida. Um acréscimo foi solicitar aos participantes que destacassem nessa história o momento de participação no Programa PROSA, descrevendo quem ele era antes do grupo e quem se tornou após a participação, como forma de avaliar os resultados alcançados. Com auxílio do facilitador, os participantes poderiam escolher se iriam desenhar ou escrever.

## **5.2 Treinamento e capacitação da equipe**

Durante o treinamento, foi destacado o papel do facilitador, que ocupa uma posição estratégica na mediação entre os conteúdos do programa e as vivências dos adolescentes. Diferente de uma função estritamente técnica, cabia ao facilitador atuar de maneira sensível, acolhedora e alinhada às necessidades emocionais do grupo. Essa função envolvia não apenas o domínio do conteúdo, mas também a escuta empática e a capacidade de criar um ambiente seguro que favorecesse a expressão e o engajamento dos adolescentes. A prática demonstrou que o vínculo estabelecido entre facilitador e participantes tornou-se um fator decisivo para a efetividade das atividades propostas. Dessa forma, mais do que aplicar técnicas, ser facilitador significa construir relações de confiança, reconhecer as singularidades de cada adolescente e sustentar, com escuta qualificada, tanto os pensamentos compartilhados quanto as experiências emocionais que emergem no grupo.

O manejo na condução do PROSA, foi um ponto amplamente discutido durante o treinamento, em que refletiu-se sobre a função do facilitador e os desafios inerentes a esse

papel. Foram mencionadas formas de se manter uma postura ética, estratégias de aproximação com os adolescentes e modos sensíveis de acolher e mediar conflitos, emoções e resistências que pudessem emergir ao longo dos encontros. Esse momento de preparação contribuiu para que os facilitadores compreendessem que sua atuação vai além da aplicação técnica de um roteiro, exigindo deles a presença, escuta ativa e sensibilidade para lidar com as singularidades de cada pessoa no grupo.

Ao longo do processo, a segurança na condução do programa foi sendo construída de forma gradativa, a partir da articulação entre o embasamento teórico e as vivências práticas proporcionadas pelo treinamento. Essa preparação contribuiu diretamente para o fortalecimento da postura profissional dos facilitadores, favorecendo uma atuação mais assertiva diante de situações delicadas que exigiam, ao mesmo tempo, sensibilidade e firmeza. Também possibilitou maior preparo para o manejo de emoções emergentes no grupo, resolução de conflitos e tomada de decisões durante a inserção e no desenvolvimento das atividades. Com isso, a experiência demonstrou que a autonomia não está dissociada do cuidado, mas é construída a partir dele, permitindo que a aplicação do PROSA fosse conduzida de forma segura e com maior potencial de impacto na vida dos adolescentes acolhidos.

A capacitação cumpriu um papel fundamental ao preparar a equipe tanto técnica quanto emocionalmente para o trabalho no campo. A partir dessa preparação, tornou-se possível iniciar o processo de inserção ecológica de forma consciente e sensível ao contexto institucional. O treinamento forneceu não apenas conhecimento técnico, mas também ferramentas emocionais e relacionais que se mostraram fundamentais para a aproximação com os adolescentes e com a equipe da instituição. Esse movimento inicial foi decisivo para a construção de vínculos e para o desenvolvimento de uma escuta atenta às dinâmicas do acolhimento.

### **5.3 Inserção em campo: visão do pesquisador participante**

O primeiro contato da equipe de pesquisa com a instituição ocorreu em 15 de março de 2024, no período da tarde. A coordenação já havia sido previamente comunicada e aguardava a chegada dos visitantes. Neste dia, o grupo era composto por cinco facilitadores, todos estudantes vinculados à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e integrantes do Laboratório de Estudos contra Violência de Crianças e Adolescentes (LEVICA). De acordo com as informações oferecidas pela Coordenadora, a Casa de Acolhimento de Adolescentes de Mesquita (CAAME) foi inaugurada em 1º de novembro de

2023 e é gerida pela Agência Humanitária da Igreja Adventista do Sétimo Dia (ADRA), em parceria com a Prefeitura de Mesquita. A instituição conta com uma estrutura física ampla e, de modo geral, adequada à sua capacidade de atendimento, que prevê até 20 vagas para adolescentes em situação de acolhimento. Na ocasião da pesquisa, a casa abrigava 7 adolescentes, sendo esse um acolhimento misto, com a presença de meninos e meninas. A equipe técnica era composta por uma psicóloga, uma assistente social, uma coordenadora e oito cuidadores, responsáveis pelo suporte cotidiano e acompanhamento emocional dos acolhidos.

Antes mesmo da recepção oficial, um aspecto que chamou a atenção da equipe foi a dificuldade em localizar a instituição, já que não havia identificação visível indicando que ali funcionava um serviço de acolhimento. Apenas o número do logradouro servia de referência. Essa ausência, contudo, está em conformidade com as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009), que recomendam a não utilização de placas ou informativos institucionais, como forma de proteger a integridade das crianças e adolescentes acolhidos, além de evitar o reforço de estigmas sociais associados ao acolhimento institucional.

Esse momento inicial também provocou uma quebra da crença por parte da equipe de pesquisa, acerca da ideia, muitas vezes sustentada de que um abrigo seria semelhante a uma instituição de grande porte. A casa de acolhimento, na verdade, tinha aparência semelhante às demais residências do entorno, justamente como propõem as diretrizes técnicas do serviço. A equipe foi recebida no portão pela assistente social da casa e convidada a entrar. A entrada principal dava acesso a uma sala que funcionava como um escritório, sendo necessário passar por ela para acessar as demais áreas. Neste espaço estavam localizados os postos de trabalho da coordenação, da psicóloga e da própria assistente social, compondo o núcleo técnico da instituição.

Após uma breve apresentação sobre a equipe de pesquisa e a explicação dos objetivos das visitas que antecederiam a aplicação do PROSA, foi informado que este primeiro contato também seria utilizado para a coleta de dados junto aos adolescentes e profissionais da instituição. Em seguida, a coordenadora acompanhou o grupo em uma visita guiada pelas dependências da casa. No primeiro andar, na parte da frente, havia uma garagem com acesso à varanda, dois quartos destinados às meninas e uma despensa próxima à cozinha. Ao lado esquerdo, um corredor levava aos fundos da casa, onde havia uma área aberta com churrasqueira, banheiro, um cômodo utilizado como depósito e outra varanda conectada à cozinha.

Durante esse momento de exploração do espaço, alguns adolescentes estavam sentados à mesa da varanda e demonstraram curiosidade ao observar a movimentação. A coordenadora prontamente explicou a presença da equipe, o que permitiu uma primeira interação informal entre os adolescentes e os pesquisadores. No andar superior, a casa contava com uma lavanderia, uma sala de estar com televisão, um banheiro e acesso a uma varanda com vista para a rua. Havia ainda dois quartos destinados aos meninos, ambos com banheiros integrados.

Com o término das apresentações, a equipe de pesquisa organizou-se para a realização da coleta de dados com os adolescentes, por meio de entrevistas semiestruturadas, conduzidas com o cuidado de criar um ambiente acolhedor e sem rigidez, respeitando o ritmo e os limites de cada participante. Os facilitadores buscaram adotar uma postura empática e escutadora, permitindo que os adolescentes se expressassem de forma espontânea, sem a sensação de estarem sendo avaliados. O formato mais aberto das entrevistas favoreceu a criação de um espaço de escuta ativa, onde os jovens puderam compartilhar suas percepções sobre o acolhimento, suas vivências anteriores e suas expectativas em relação ao futuro.

Durante a permanência em campo, foi possível observar aspectos importantes da dinâmica institucional e das relações estabelecidas naquele contexto. A relação entre os adolescentes e os cuidadores se mostrava, em geral, positiva e marcada por respeito mútuo. Alguns vínculos afetivos eram perceptíveis, especialmente com figuras específicas da equipe que demonstravam maior disponibilidade emocional. Entre os próprios adolescentes, as relações variavam: enquanto alguns relatavam boa convivência, outros mencionavam conflitos ocasionais, exigindo paciência e negociação no dia a dia. A instituição possuía regras claras, como horários definidos para entrada e saída, uso restrito de celulares no período noturno e orientações sobre respeito ao espaço e aos pertences dos outros. De modo geral, os adolescentes demonstravam esforço em seguir essas diretrizes, revelando um senso de pertencimento ao ambiente em que estavam inseridos.

As entrevistas revelaram histórias profundamente marcadas por sofrimento e rupturas. Quando questionados sobre os motivos que os levaram ao acolhimento, os adolescentes relataram experiências de abandono, negligência, violência física, abuso sexual e conflitos familiares. Esses relatos causaram grande impacto na equipe de pesquisa, especialmente por serem narrados por jovens tão novos e já atravessados por realidades tão duras. Dentre os relatos, destacaram-se situações como a de uma adolescente trans, acolhida após sofrer abuso e rejeição por parte da família em razão de sua identidade de gênero; o caso de uma menina

que relatou ter sido abusada pelo pai; e o de um menino acolhido após episódios de violência doméstica.

Essas narrativas confirmam o que Bernardi (2010) e Lopes (2017) apontam em seus estudos, ao mencionarem que a trajetória pré-acolhimento de muitos adolescentes é marcada por experiências intensamente negativas e por graves violações de direitos, cujas consequências emocionais e subjetivas tendem a se prolongar ao longo da vida. Apesar das vivências traumáticas, parte dos adolescentes demonstraram um pensamento e desejo de reconstruírem suas novas trajetórias, ademais, alguns disseram ser incentivados pela no acolhimento e uma interessante perspectiva, através de um olhar esperançoso sobre a possibilidade de um futuro diferente a partir das experiências do acolhimento.

Assim que o momento das entrevistas foi finalizado, a equipe permaneceu por mais algum tempo na instituição, interagindo com os adolescentes de maneira mais livre. Os pesquisadores jogaram partidas de “uno”, conversaram e buscaram ampliar os vínculos construídos nas primeiras trocas com os adolescentes. Aos poucos, a timidez foi sendo substituída por espontaneidade visível no grupo, permitindo interações mais autênticas entre todos. Um momento especialmente marcante foi quando um dos adolescentes convidou um facilitador que havia conduzido sua entrevista a subir até seu quarto para mostrar sua coleção de camisetas. Esse gesto, ainda que simples, revelou a emergência de uma relação de confiança e o início de um processo relacional significativo. Como apontam Cecconello e Koller (2016), os vínculos estabelecidos em contextos seguros e responsivos favorecem os chamados processos proximais, definidos como interações recorrentes e afetivas que promovem desenvolvimento e fortalecem o senso de pertencimento. Assim, foi possível notar que no primeiro dia de inserção em campo, o início da formação de uma conexão genuína entre os adolescentes e os facilitadores, dando início à abertura de uma construção relacional baseada na reciprocidade.

#### **5.4 Experiência da facilitação dos encontros**

A experiência da aplicação do PROSA junto aos adolescentes foi realizada em seis encontros, organizados conforme as etapas previstas no manual do facilitador. Essas etapas compõem uma sequência metodológica que orienta a condução dos conteúdos programáticos. Os encontros contaram com atividades psicoeducativas, dinâmicas em grupo, estratégias voltadas ao fortalecimento dos vínculos, resolução de conflitos e ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos adolescentes.

Dessa forma, este tópico tem como objetivo apresentar os principais elementos observados durante o processo de aplicação, articulando as propostas do programa às vivências possibilitadas em campo. A descrição dos encontros baseia-se nas orientações do manual do PROSA, nas percepções subjetivas do pesquisador e nos registros disponíveis no diário de campo. Cabe destacar que parte das anotações não foi realizada de forma sistemática, o que exigiu um exercício de reconstrução interpretativa, a partir da memória e das reflexões da vivência no campo de pesquisa, mantendo o compromisso ético com a veracidade dos acontecimentos e o cuidado na narrativa.

Antes do início das atividades com os adolescentes, a equipe de pesquisa participou de reuniões de supervisão realizadas remotamente, com o objetivo de reorganizar a atuação dos facilitadores em cada instituição. Definiu-se, a partir desses encontros, que as atividades do PROSA na instituição de Mesquita seriam conduzidas por dois profissionais — um facilitador e uma facilitadora — com o intuito de ampliar as possibilidades de escuta e favorecer a construção de vínculos mais diversos com o grupo. A presença de perfis distintos entre os facilitadores visava contemplar a pluralidade de vivências dos adolescentes acolhidos, criando condições para que se sentissem mais à vontade para compartilhar suas experiências. Além disso, os encontros contaram com a presença da autora do programa, que acompanhou as atividades oferecendo suporte e orientação à equipe, assegurando o alinhamento metodológico e contribuindo para a qualidade da condução dos encontros.

Com o intuito de organizar a apresentação das atividades desenvolvidas, os encontros do PROSA foram agrupados de acordo com as quatro etapas que estruturam o programa. Essa divisão facilita a compreensão do leitor e permite uma análise mais integrada entre os objetivos de cada etapa e as experiências vivenciadas ao longo da intervenção.

## **5.5 Vínculo e necessidades emocionais**

Devido à dinâmica própria desse tipo de serviço ser caracterizada por constante rotatividade, não foi possível determinar com precisão o número total de adolescentes que estiveram presentes ao longo de todos os encontros do programa. Alguns jovens se integraram às atividades após o início do PROSA, enquanto outros foram desligados da instituição antes do encerramento das etapas. Por essa razão, a participação foi considerada variável e flutuante durante a intervenção.

O primeiro encontro com início das atividades do PROSA ocorreu no dia 23 de maio de 2024. Ao chegar na instituição os facilitadores lembraram a equipe técnica sobre o início das atividades. Foi sugerido aos facilitadores que o melhor espaço destinado aos encontros fosse na varanda da frente da casa, devido ao seu espaço para acomodação. A equipe técnica convidou os adolescentes a se reunirem, alguns que estavam no andar de cima desceram para se juntarem ao grupo. Os facilitadores organizaram antecipadamente que enquanto um seria responsável por explicar a atividade do encontro o outro faria o papel de mediador para que o encontro fosse bem conduzido.

Inicialmente, foi iniciado com a abertura de um espaço para apresentação pessoal, começando pelos facilitadores e em seguida pelos adolescentes do grupo. O objetivo do momento inicial era de promover uma aproximação entre o grupo com possibilidade de conhecer melhor cada adolescente. A aproximação foi sendo construída a partir da abertura em que os adolescentes compartilham suas histórias, enquanto alguns apresentavam uma postura bem desenvolvida por meio de falas bem espontaneidade, outros ainda se mantinham contidos parecendo tentar entender o nosso papel é o motivo de estarmos reunidos, essa observação partia especialmente dos adolescente mais velhos do grupo.

As tensões acerca da desconfiança foram mudando na medida que os adolescentes perceberam o interesse da equipe com o que era dito e sem julgamento ou repressão de suas histórias e pensamentos, isso reforçou que espaço de escuta ativa e sentimento de confiança diante para com os facilitadores. Ainda que fosse um recurso simples, próprio espaço possibilidade de fala, de espontaneidade foi percebida como uma forma de reconhecimento que possivelmente os adolescentes não encontravam em outros espaços, dessa forma, oferecer voz aos grupo foi necessário para quebrar a barreira da desconfiança sobre a equipe e promoção de um espaço para visibilidade e validação de suas histórias.

Diante das respostas dos participantes acerca da dinâmica “Quem você admira”, aplicada no primeiro encontro do PROSA, alguns aspectos subjetivos puderam ser destacados sobre os participantes. As respostas revelaram diferentes formas de admiração. (Uma adolescente) citou pessoas da sua família por quem sentia admiração, dentre essas estavam sua mãe e tios, ademais a jovem acrescentou características pessoais, como significado de referência, destacando-as como pessoas esforçadas, trabalhadoras e guerreiras. A descrição das características pela adolescente levou a compressão do facilitador como um indicativo de que havia uma manutenção dos vínculos afetivos prévios ao acolhimento dessa adolescente, mesmo diante do cenário de afastamento do convívio familiar, suas figuras de

origens continuam ocupando um lugar de referência para a participante ainda que não tivesse contato com esses familiares.

Através da resposta dada pela adolescente, os facilitadores interpretaram que existe uma valorização da história familiar pela instituição e manutenção do vínculo externo. Mesmo com o distanciamento da convivência familiar, a referência admiração aos pares revelam a permanência dos laços simbólicos e significativos para o participante. Segundo Carvalho (2006), os vínculos ainda que fragilizados pela institucionalização, ainda sim podem representar importante âncora afetiva como recurso para construção de identidade e ao sentimento de pertencimento.

Desse modo, o esforço institucional para manter os vínculos externos configura-se como um fator protetivo, favorecendo o desenvolvimento saudável ao preservar laços afetivos significativos fora da instituição

Em contrapartida, dois outros adolescentes não mencionaram familiares como figuras de admiração. Um deles destacou a si próprio, mencionando sua pele e habilidades como coisas admiráveis, enquanto o outro apontou um colega do acolhimento, reconhecendo nele qualidades como habilidade no futebol. A escolha de se auto referenciar pode ser interpretada como um movimento de valorização pessoal e fortalecimento da autoestima, sendo algo positivo de ouvir, pois geralmente esses aspectos são frequentemente fragilizados em contextos de acolhimento institucional. Já a valorização de um par revela o papel que os vínculos estabelecidos dentro da instituição podem potencializar o processo de construção identitária.

Fonseca (2017) destaca que a percepção de apoio social é um elemento fundamental para o desenvolvimento da autoestima no ambiente institucional, sendo muitas vezes mediada pela relação com os cuidadores e outros residentes. Na medida em que essas relações se constituem de forma acolhedora e respeitosa, elas se tornam potentes referências afetivas e fontes para aproximação e criação de vínculos. Tal dinâmica foi observada no relato de um dos adolescentes, que afirmou admirar um colega de acolhimento justamente por ter recebido apoio dele ao chegar à instituição. Essa experiência expõe que, mesmo em um ambiente marcado por rupturas, os vínculos estabelecidos entre pares podem desempenhar papel significativo na adaptação e no fortalecimento emocional dos adolescentes.

Assim, a presença de vínculos positivos no acolhimento indica o um microsistema institucional com potencial para o desenvolvimento de afetos saudáveis, além de contribuir para a autoestima dos adolescentes, evidenciando que o papel das interações sociais vividas no ambiente institucional podem ser mediadoras no processo de adaptação a novos cenários

Na sequência do processo de intervenção, o segundo encontro possibilitou um espaço de escuta e reflexão sobre as necessidades emocionais básicas dos adolescentes. Por meio da dinâmica "Tem, não tem", os participantes foram convidados a expressar o que percebiam como presente ou ausente no acolhimento. Algumas respostas positivas foram destacadas, como sentimento de proteção, afeto, cuidado e amor, os quais foram reconhecidos como aspectos presentes no cotidiano do acolhimento. Contudo um ponto de insatisfação foi levado por um adolescente e confirmado pelos demais, sendo esse a escassez de atividades externas. Os adolescentes enfatizaram o desejo de sair com mais frequência da instituição ressaltando o interesse que gostariam de conhecerem novos lugares e pessoas diferentes

Ainda que de forma simples, foi observado que a atividade provocou uma possibilidade de escuta sobre as carências e desejos do grupo em relação ao cotidiano institucional. O destaque para a necessidade de mais saídas externas aponta para o indicativo de um possível sentimento de privação vivenciado pelos adolescentes, além disso, é descrito o desejo de que houvesse maior inserção na comunidade quando expressaram a vontade de conhecer novos lugares e pessoas. Isso demonstra o desejo dos adolescentes de ampliar seus laços sociais e acesso a experiências que não se limitem ao meio institucional.

Esse movimento pode ser compreendido à luz de Cavalcante Magalhães e Pontes (2007), que destacam o isolamento como uma característica recorrente na trajetória de adolescentes acolhidos. A limitação de vínculos ao ambiente institucional tende a restringir suas perspectivas de vida e comprometer o desenvolvimento de sua autonomia. Nesse sentido, ao reivindicarem mais oportunidades de saídas externas, os adolescentes estão sinalizando a importância de ampliar os espaços de convivência e pertencimento. Tal pedido não deve ser interpretado apenas como uma demanda pontual, mas como expressão de uma necessidade de ampliação afetiva e social através da construção de novas relações com o meio externo.

Considerar a inserção em espaços comunitários, culturais e educativos é seguir na direção de favorecer o desenvolvimento integral dos adolescentes. Os apontamentos feitos pelos participantes foram validados e levados à equipe técnica para serem considerados em futuras decisões de ampliação das oportunidades de saída.

Após a escuta coletiva sobre as necessidades emocionais básicas, os adolescentes foram convidados a refletir individualmente, sobre quem seriam as pessoas que lhes ofereciam apoio e segurança em momentos de dificuldade. Por meio da dinâmica da "Mão

Segura”, os participantes escreveram os nomes de figuras significativas em quem sentiam que podiam confiar. As respostas surpreenderam os facilitadores, pois, além de mencionarem familiares, funcionários e membros da equipe técnica, um dos adolescentes afirmou que, mesmo com o pouco tempo de convivência, podia considerava os próprios facilitadores como pessoas confiáveis de estarem na sua” mão segura”.

Esse relato demonstrou aos facilitadores que mesmo ainda que o contexto mesmo marcado pela ruptura de vínculos familiar e, os adolescentes buscaram identificar e reconhecer figuras institucionais como referência afetivas Foi possível notar que os vínculos estabelecidos com os profissionais da instituição se configuraram como parte significativa da rede de apoio emocional dos adolescentes. Essa percepção reforça a importância da presença de adultos de referência no cotidiano institucional com habilidades, capazes de oferecer estabilidade afetiva e suporte diante das dificuldades enfrentadas pelos acolhidos. Pode-se considerar que tal reconhecimento é reflexo do comprometimento da equipe técnica, cuja escuta atenta e sensibilidade às necessidades emocionais contribuem para a construção de um ambiente mais acolhedor e protetivo.

A escolha dos facilitadores como figuras de rede de apoio dos adolescentes revelou algo que ultrapassou o papel técnico de apenas conduzir atividades, a percepção foi que a equipe estava sendo reconhecida como figuras de confiança. Perceber, enquanto facilitadores ocupantes desse espaço trouxe a reflexão de que pequenas ações simbólicas, podem ter potencial de transformação de determinado cenário e identificar o impacto do PROSA como ferramenta participante dessa construção foi satisfatório para a equipe.

## **5.6 Análise dos comportamentos**

A segunda etapa do PROSA teve como foco a realização de atividades voltadas para a reflexão sobre comportamentos individuais e coletivos, promovendo a conscientização dos adolescentes quanto ao impacto de suas atitudes no cotidiano institucional. O encontro teve início com um bate-papo sobre como determinadas ações podem influenciar o ambiente e as relações uns com os outros. A partir dessa conversa, os participantes preencheram a folha de atividade para compartilhar exemplos de comportamentos que geram bem-estar e mal-estar dentro do grupo. Para facilitar a compreensão, os facilitadores utilizaram a metáfora do bumerangue, destacando que aquilo que eles fazem, mesmo em forma de gesto, palavras ou

atitudes retornam de alguma forma, reforçando a ideia de responsabilidade dos seus comportamentos.

As respostas revelaram alguns elementos de valorização de atitudes cooperativa e afetivas, como “fazer amizades”, “se reunir para arrumar o quarto”, “pedir desculpas”, revelando a importância para relações positivas na instituição. Ao mesmo tempo, os participantes demonstraram consciência, sobre os comportamentos-problemas, como “brigar”, “xingar os outros”, “responder os cuidadores”. O relato desses comportamentos evidencia um processo inicial de auto reflexão sobre suas atitudes. Momentos simples também foram associados ao bem estar, como “jogar” e “ver desejo”. Os registros dos adolescentes.

Durante as respostas os facilitadores propuseram uma reflexão entre as atitudes individuais e a convivência. A escuta foi conduzida de maneira a permitir que cada um reconhecesse como suas próprias ações e dos demais contribuindo para fortalecer ou enfraquecer as relações no acolhimento.

No final da discussão, houve um consenso entre os participantes de que certos comportamentos precisavam ser melhorados para o melhor bem-estar do grupo. Os apontamentos realizados revelaram a capacidade dos participantes em reconhecer os comportamentos que prejudicam o convívio coletivo. A identificação inicial representa um passo importante para

Ao final da discussão, houve um consenso entre os participantes de que certos comportamentos precisavam ser melhorados para o bem-estar do grupo. Os apontamentos realizados revelaram a capacidade dos participantes em reconhecer atitudes que estavam prejudicando o convívio coletivo. Essa identificação inicial representa um passo importante para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos adolescentes e para a promoção de mudanças comportamentais. De acordo com Howes (2012), às propostas de intervenções estimulam o autoconhecimento e ampliam a percepção sobre si e o mundo e favorecendo o desenvolvimento de competências mais assertivas diante das situações. Sendo assim, a criação de espaços coletivos de escuta e construção conjunta foi necessária para que os adolescentes desenvolvessem uma maior consciência sobre seus comportamentos e de gerarem efeitos nas relações do cotidiano institucional.

## 5.7 Autoconhecimento

A etapa III composta pelos encontros 4 e 5, teve como objetivo abordar promover autoconhecimento e identificação de pensamentos disfuncionais acerca das suas emoções e pensamentos, com impacto direto no bem estar dos adolescentes. As propostas foram conduzidas com o objetivo de incentivar a reflexão sobre esses pensamentos, e a partir disso, apresentar estratégias para que os participantes desenvolvessem formas mais saudáveis de lidar com eles.

A Etapa III, composta pelos Encontros 4 e 5, teve como foco o fortalecimento do autoconhecimento e a identificação de pensamentos disfuncionais relacionados às emoções e comportamentos dos adolescentes, reconhecendo seu impacto direto no bem-estar. As atividades foram conduzidas com o propósito de incentivar a reflexão sobre esses pensamentos e, a partir disso, estimular a construção de estratégias mais saudáveis de enfrentamento. Ainda que nem todos os participantes tenham conseguido nomear com clareza seus sentimentos, o espaço proporcionado foi significativo para ampliar a escuta interna e promover trocas empáticas no grupo.

Mesmo diante das limitações de expressão verbal por parte por alguns adolescentes com dificuldade de nomear sentimentos, verbalizar pensamentos negativos ou identificar suas próprias emoções, as atividades proposta nos encontros relevantes para potencializar espaço para expressão subjetiva e validar aqueles tinham mais dificuldades de expressão. O uso de jogos simbólicos, metáforas e dinâmicas em grupo funcionou como uma ponte para despertar nos participantes a importância de reconhecer, nomear e compreender o que sentem, ao mesmo tempo em que permitiu que aqueles com menor facilidade verbal encontrassem outras formas de se manifestar emocionalmente, reconhecendo tais expressões como legítimas e significativas.

Da mesma forma, Cuevas-Cancino e Moreno-Pérez (2017) destacam que a psicoeducação em contextos grupais pode ampliar as formas de compreender as próprias experiências e promover o desenvolvimento de novas habilidades socioemocionais. Essa perspectiva reforça a relevância das atividades propostas nos encontros, de possibilitarem o acesso à expressão subjetiva mesmo por parte daqueles adolescentes com maiores dificuldades em expressá-las Assim, ao proporcionar um ambiente seguro e acolhedor, as intervenções favoreceram não apenas a legitimação de diferentes formas de expressão

emocional, mas também se configuraram como potentes ferramentas para estimular a reflexão, o autoconhecimento e a construção de estratégias de mudança, permitindo que os adolescentes aprendessem a reconhecer, nomear e lidar com o que sentem.

## **5.8 Finalização**

No sexto encontro, inserido na etapa final do PROSA, buscou-se promover a consolidação dos vínculos afetivos estabelecidos ao longo da intervenção e fortalecer a autoconfiança dos participantes. A atividade proposta foi “Escrevendo um livro sobre sua vida”, que convidou os adolescentes a reconstruírem sua trajetória, com a utilização de materiais como papel, canetas e cartolinas. Como parte da proposta, foi solicitado que cada participante incluísse em sua narrativa uma reflexão sobre sua experiência no programa, descrevendo quem eram antes do PROSA e quem se tornaram após a participação. A liberdade de escolha entre desenho ou escrita, com apoio dos facilitadores, visou respeitar o ritmo dos participantes e a liberdade da forma de expressão de cada um, favorecendo uma autoavaliação criativa e significativa sobre o que foi absorvido

Essa proposta final permitiu que os adolescentes elaboraram de forma criativa suas experiências resgatando aspectos da sua história pessoal e conectando com as memórias vivenciadas durante o encontros, visava contribuir para uma imagem mais fortalecida de si mesmos reforçando sua identidade e oportunizando narrativas de superação e crescimento diante da realidade enfrentada.

Contudo, entre as histórias elaboradas pelos participantes, foi possível identificar diferentes narrativas, algumas traziam elementos marcantes de superação, resiliência e esperança, enquanto outras ainda revelavam sentimentos de dor, abandono e sofrimento. Esses relatos, por mais difíceis que fossem de escutar ou ler, foram acolhidos e legitimados, pois refletiam o modo como cada participante estava compreendendo e dando sentido à própria trajetória. Os facilitadores buscaram respeitar o ritmo subjetivo de cada um, reconhecendo que a elaboração de experiências adversas nem sempre acontece de forma linear ou imediata, entendendo a realidade da intervenção no contexto de acolhimento institucional.

Para tanto, com o intuito de acolher e mediar os sofrimentos expressos, os facilitadores propuseram aos adolescentes que refletissem se gostariam de incluir, em suas histórias, algo que tivessem aprendido durante os encontros do PROSA. A proposta visava

favorecer um fechamento mais positivo e possibilitar que os participantes levassem consigo não apenas os relatos difíceis, mas também as pequenas conquistas, aprendizados e novos significados construídos ao longo do processo. Considerando que muitos adolescentes chegam ao acolhimento institucional após experiências marcadas por rupturas, negligências e sofrimentos, é essencial que esse espaço ofereça, além de proteção e cuidado, condições para a reconstrução de suas histórias. Como aponta Bernardi (2010), o acolhimento deve proporcionar apoio afetivo e oportunidades para o desenvolvimento e a socialização.

Nesse contexto, as iniciativas propostas pelo PROSA, por meio de atividades que estimulam a expressão narrativa, tornam-se estratégias potentes para a elaboração da história de vida dos adolescentes. A proposta do programa não é fortalecer a ideia de institucionalização, mas sim oferecer maneiras para que os adolescentes possam reconstruir suas trajetórias com novos significados, reconhecendo suas conquistas e se descobrindo com os recursos aprendidos ao longo da intervenção. Ao resgatar elementos de sua vivência por meio da escrita ou da ilustração, os participantes são incentivados a transformar experiências fragmentadas em narrativas com coerência, sentido e autoria. Para além de lembrar do passado, o PROSA convida os participantes a se enxergarem uma nova perspectiva mais fortalecida, consciente e esperançosa sobre sua vida.

### **5.9 Desafios e potencialidades da intervenção**

A intervenção realizada com o PROSA na instituição de acolhimento em Mesquita evidenciou alguns desafios e potencialidades vivenciados pela equipe de pesquisa. Alguns elementos observados ao longo das atividades e a compreensão dos facilitadores com maior profundidade as singularidades da realidade dos contextos institucional e também os efeitos da proposta de intervenção junto aos adolescentes.

Diante disso, rotatividade na dinâmica institucional foi um aspecto presente do início ao fim da intervenção, sendo percebida pelos facilitadores como um fator que impactou o andamento das atividades. A entrada de novos adolescentes, bem como as transferências e saídas daqueles que já participavam, comprometeram a continuidade e o acompanhamento linear das propostas desenvolvidas em cada encontro. Além disso, a saída tanto dos adolescentes quanto profissionais com os quais mantinham vínculos afetivos, teve como reflexo a desmotivação em alguns participantes, essas mudanças foram interpretadas pelos facilitadores como rupturas bastantes significativas nos laços de pertencimento e confiança

estabelecidos pelos adolescentes. Dessa forma, observou-se que instabilidade institucional dificultou o fortalecimento do vínculo grupal e exigiu constantes adaptações por parte dos facilitadores para manter o engajamento dos adolescentes ao da intervenção.

A imprevisibilidade do cotidiano institucional, somada à ausência de confirmação prévia sobre a presença dos adolescentes, exigiu um esforço contínuo dos facilitadores para reorganizar as atividades e garantir que os encontros acontecessem, mesmo diante da ausência de alguns participantes. Essa falta de previsibilidade foi percebida em situações como a saída inesperada de alguns adolescentes para compromissos externos, conflitos interpessoais ocorridos antes das atividades, como adolescentes que faziam acompanhamento no CAPSI, e até resistência de alguns jovens em participar de determinadas atividades. Essa falta de previsibilidade foi observada em situações como a saída inesperada de adolescentes para compromissos externos, conflitos interpessoais ocorridos antes das sessões, choques de horário com atendimentos individuais (como terapias ou audiências) e até resistência pontual de alguns jovens em participar de determinadas atividades. Diante dessas circunstâncias, os facilitadores precisaram recorrer a improvisações, como reordenar a sequência das dinâmicas previstas, substituir atividades por outras mais simples e dialogadas, ou adaptar os objetivos do encontro ao número reduzido de participantes. Ainda que essas estratégias tenham permitido a manutenção do grupo, foi possível notar que as adaptações impactaram a profundidade das discussões e a coesão entre os encontros, dificultando a continuidade da intervenção e a consolidação dos objetivos inicialmente propostos.

Por fim, outro desafio identificado pelos facilitadores diz respeito à própria limitação estrutural do programa. Embora o PROSA tenha sido cuidadosamente elaborado com foco em uma intervenção breve, o tempo restrito representou uma dificuldade para o aprofundamento e a reflexão sobre temas mais complexos trazidos pelos participantes. Alguns sentimentos como dor, medo, insegurança, baixa autoestima e dificuldades em lidar com os próprios pensamentos são conteúdos que demandam tempo, atenção contínua às demandas emocionais e vínculos mais consolidados para que possam ser elaborados com maior profundidade. Assim, a experiência reforça a importância de pensar, para futuras intervenções, em estratégias que ampliem o tempo de acompanhamento e favoreçam processos mais contínuos de cuidado emocional dos participantes.

Embora alguns obstáculos tenham se apresentado durante o processo de intervenção, a vivência com o PROSA também possibilitou observar efeitos positivos no cotidiano da

instituição e no desenvolvimento dos adolescentes, evidenciando a potência da proposta como estratégia de intervenção.o

No andamento dos encontros, foi possível notar o fortalecimento dos vínculos entre os participantes e os facilitadores. À medida que a confiança foi sendo construída por meio das atividades que exploravam temas diversos, observou-se uma aproximação gradual de alguns adolescentes em relação à equipe, o que favoreceu a expressão de sentimentos e compartilhamento de histórias pessoais. A construção dos processos proximais contribuiu para que o grupo aos poucos fosse sendo reconhecido como um espaço de escuta, acolhimento e validação emocional. Esse espaço passou a representar uma oportunidade para os adolescentes de serem ouvidos sem julgamento, o fortalecendo em certa medida, do sentimento de pertencimento e a qualidade das interações ao longo do processo.

Ademais, a experiência com o PROSA favoreceu uma ampliação no olhar dos adolescentes sobre as figuras que compõem sua rede de apoio. As atividades voltadas para essa reflexão mostraram-se significativas ao promover, dentro do contexto institucional, não apenas a percepção da ausência ou dos rompimentos de vínculos anteriores, mas também a identificação de novas possibilidades de construção e fortalecimento de laços afetivos dentro da instituição. Profissionais da instituição, como coordenadora, educadores, membros da equipe técnica e colegas de acolhimento, foram mencionados por alguns adolescentes como referências de confiança e suporte emocional. Portanto, a percepção desse movimento revelou-se importante não apenas para reforçar a consciência de que os adolescentes não estão sozinhos, mas também uma atenção em valorizar as relações positivas já existentes no acolhimento. Reconhecer essas novas figuras como parte da rede protetiva representa um passo importante na reconstrução de confiança, contribuindo para que esses adolescentes pensem na instituição como um espaço possível de cuidado, suporte às dificuldades e reconstrução de vínculos.

Outro aspecto relevante observado ao longo da intervenção foi uma leve diminuição de comportamentos agressivos entre os adolescentes, principalmente durante os encontros. Embora esse tipo de comportamento ainda estivesse presente em alguns momentos do cotidiano institucional, percebeu-se que, no espaço do grupo, os participantes passaram a demonstrar maior respeito com os colegas durante as falas e se mostraram abertos para escutar uns aos outros a fim de resolver conflitos existentes através do diálogo. Esse resultado identificado também se relaciona com a autonomia que foi sendo construída ao longo dos

encontros com o grupo, permitindo que eles se expressassem sobre seus desejos, incômodos e necessidades, sem recorrer a comportamentos negativos como forma de defesa. O espaço nas atividades proporcionou liberdade para o surgimento de falas autênticas, em que os participantes junto aos facilitadores se sentiram seguros para dizer o que pensavam, em negociar suas vontades e refletir sobre os efeitos de seus comportamentos nas relações com os outros.

Portanto, a intervenção com o PROSA evidenciou a importância de compreender o desenvolvimento na adolescência a partir do contexto institucional, reconhecendo e valorizando os fatores positivos que podem ser potencializados mesmo diante dos desafios dessa fase. Ao considerar os aspectos multifacetados que envolvem a adolescência — como as transformações emocionais, cognitivas e sociais — torna-se essencial criar espaços que favoreçam o desenvolvimento saudável desses sujeitos. Nesse sentido, o PROSA, ao ser implementado em um ambiente institucional, mostrou-se uma estratégia promissora por proporcionar escuta, vínculo e promoção de habilidades socioemocionais, contribuindo para que a instituição funcione como um espaço de cuidado, acolhimento e possibilidades de construção de novas narrativas.

A intervenção com o PROSA evidenciou como o acolhimento institucional pode se tornar um ambiente favorecedor ao desenvolvimento quando busca oferecer condições estruturadas de cuidado, escuta e vínculo para esses adolescentes. À medida que são oportunizados espaços de reflexão e construção conjunta, os adolescentes respondem com engajamento e demonstram capacidade de ressignificar suas histórias. Assim, foi possível perceber que o programa contribuiu significativamente para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos participantes. Compreender a adolescência nesse contexto como uma fase marcada por grandes desafios e intensas transformações é fundamental para que não se perca o olhar sensibilizado diante das suas vivências e para que o acolhimento institucional cumpra não apenas sua função protetiva, mas também um papel ativo na restauração de trajetórias atravessadas por rupturas.

Para além da aplicação de uma metodologia, a experiência com o PROSA permitiu construir um campo de afeto, escuta e presença entre os adolescentes e facilitadores. Na medida em que as relações se tornaram mais genuínas, o grupo foi se tornando um espaço de pertencimento e cuidado coletivo. Na direção desse movimento vivo e coletivo que o

programa se concretizou como experiência: “PROSA é prostrar, conversar, se entregar, se misturar e se achar” (SANTOS, 2025), como define com sensibilidade sua própria criadora.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo apresentar, por meio de um relato a experiência, as impressões subjetivas enquanto estudante de Psicologia e integrante da equipe de pesquisa aplicada ao Programa PROSA. A análise dos efeitos da intervenção no cotidiano institucional e nas relações estabelecidas com os adolescentes foi resultado da vivência direta nos encontros, das reflexões construídas ao longo do processo e dos registros feitos durante a execução do programa.

A proposta psicoeducativa do programa, que busca construir um espaço voltado ao aprendizado emocional, revelou-se uma estratégia potente na promoção do desenvolvimento saudável dos adolescentes. Ao integrar atividades reflexivas, escuta qualificada e o fortalecimento de vínculos afetivos, o PROSA favoreceu a criação de um ambiente seguro, no qual os participantes puderam expressar sentimentos, reconhecer suas necessidades e desenvolver recursos internos para enfrentar os desafios de suas trajetórias.

Diante da intervenção realizada com o programa permitiu constatar o quanto a construção de vínculos seguros, o reconhecimento das emoções e o sentimento de pertencimento podem se configurar como importantes pilares para o fortalecimento subjetivo de adolescentes em acolhimento. Ao oportunizar momentos de fala, escuta e trocas significativas, o programa evidenciou que intervenções sensíveis às especificidades desse contexto são capazes de promover impactos positivos tanto no bem-estar emocional dos participantes quanto na qualidade das relações estabelecidas dentro da instituição.

Apesar dos avanços promovidos ao longo da intervenção, a aplicação evidenciou importantes desafios que merecem ser considerados para futuras aplicações, visto que essas limitações dificultam a exploração de temas mais complexos e consolidação de estratégias de mudança emocional e relacional junto aos adolescentes.

O percurso metodológico adotado neste relato de experiência foi construído de forma gradual, atravessado por aprendizados práticos e desafios éticos ao facilitador. Desde o processo de capacitação da equipe de pesquisa até a inserção ecológica nas instituições de acolhimento, cada etapa contribuiu para uma aproximação sensível com o campo e com os sujeitos envolvidos. A metodologia qualitativa, aliada à observação participante e ao uso de instrumentos adaptados à realidade institucional, permitiu uma compreensão mais aprofundada das vivências dos adolescentes e da dinâmica cotidiana da instituição. O caminho metodológico, embora marcado por imprevistos e ajustes necessários à realidade do

acolhimento, possibilitou que a intervenção fosse conduzida com escuta sensível, flexibilidade e respeito à singularidade de cada participante.

A participação no PROSA proporcionou ao estudante de graduação uma imersão na realidade institucional e nas complexidades que envolvem a atuação profissional em contextos institucionais. O envolvimento com a equipe de pesquisa, desde a etapa de planejamento até a execução da intervenção, favoreceu o desenvolvimento de competências técnicas e éticas, além de ampliar a compreensão sobre a importância da escuta qualificada, da construção de vínculos e da atenção às especificidades de cada sujeito atendido. A vivência em campo contribuiu, assim, para consolidar uma prática comprometida com o cuidado e o respeito às trajetórias individuais dos adolescentes acolhidos.

Conclui-se que a vivência com o PROSA proporcionou não apenas aprendizados técnicos, mas também experiências subjetivas transformadoras, reafirmando a potência de práticas interventivas fundamentadas na escuta, no vínculo e na valorização da singularidade dos adolescentes acolhidos. Relatar essa experiência permitiu refletir criticamente sobre os desafios e conquistas da atuação em contextos institucionais, fortalecendo o compromisso com uma Psicologia sensível às realidades sociais e engajada nos processos de cuidado, escuta e transformação social.

## 7. REFERÊNCIAS

- ABAID, J. L. W.; DELL'AGLIO, D. D. Exposição a fatores de risco de adolescentes em acolhimento institucional no Sul do Brasil. *Interação em Psicologia*, v. 18, n. 1, p. 45-60, 2014.
- ANDRADE, M. S. Estudo sobre a escrita em crianças e adolescentes abrigados. *Revista Psicopedagogia*, v. 28, n. 87, 2011.
- ANTÃO, S. D. Proposta de intervenção psicossocial para crianças em vulnerabilidade social focada em habilidades socioemocionais. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.
- ARIÈS, P. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- AYRES, L. S. M. et al. Abrigo e abrigados: construções e desconstruções de um estigma. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 10, n. 2, p. 420-433, 2010.
- BELLAMY, J. Behavioral problems following reunification of children in long-term foster care. *Children and Youth Services Review*, v. 30, n. 2, p. 216-228, 2008.
- BERNARDI, D. Cada caso é um caso: estudos de caso, projetos de atendimento. São Paulo: Associação Fazendo História, 2010.
- BONANNO, G. A., ROMERO, S. A., & KLEIN, S. I. (2015). The temporal elements of psychological resilience: An integrative framework for the study of individuals, families, and communities. *Psychological Inquiry*, 26(2), 139-169. doi:10.1080/1047840X.2015.992677
- BORGES, J. L. et al. Cross-cultural Validation of the Young Schema Questionnaire for Adolescents in Portuguese and Brazilian Samples. *International Journal of Cognitive Therapy*, v. 13, n. 3, p. 233-250, 2020.
- BRANDÃO, C. R. Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 20 maio 2025.
- BRASIL. Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoestecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoestecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf).
- BRONFENBRENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- BRONFENBRENNER, U. Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CARNEIRO, C. M. S. A proteção integral no Estatuto da Criança e do Adolescente: avanços e desafios. São Paulo: Cortez, 2019.
- CARVALHO, M. C. B. Acolhimento institucional: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2006.

CAVALCANTE, L. I. C. et al. Rede de apoio social e institucionalização infantil. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 20, n. 3, p. 425-434, 2007.

CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 18, n. 1, p. 100-115, 2016.

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento: relatório 2022. Brasília: CNJ, 2022.

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Unidades de acolhimento e famílias acolhedoras. Brasília: CNJ, 2022.

CUEVAS-CANCINO, M. J.; MORENO-PÉREZ, F. J. Psicoeducación grupal para adolescentes: una revisión sistemática. *Revista Latinoamericana de Psicología*, v. 49, n. 2, p. 136-145, 2017.

CUNEO, M. R. Abrigamento prolongado: os filhos do esquecimento. Rio de Janeiro: Ministério Público do RJ, 2009.

CZELUSNIAK, C. B. et al. Implicações da prática profissional no acolhimento institucional de crianças: perspectiva de cuidadoras. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 43, p. e251630, 2023.

DE OLIVEIRA PARRA, A. C. et al. O paradoxo da institucionalização infantil: proteção ou risco? *Psicologia em Revista*, v. 25, n. 1, p. 155-175, 2019.

FARIA, A. R.; LEÃO, L. S. Adolescência e trabalho: uma relação histórica. *Psicologia em Estudo*, v. 14, n. 2, p. 281-290, 2009.

FONSECA, C. Caminhos da adoção. São Paulo: Cortez, 2017.

GASPERIN, C. et al. Rede de abrigos de Porto Alegre: um olhar sobre a realidade. In: MINISTÉRIO PÚBLICO DO RS (Org.). Rede de abrigos de Porto Alegre. Porto Alegre: Procuradoria-Geral, 2007. p. 24-115.

HECHT, B.; SILVA, R. F. P. Crianças institucionalizadas: a construção psíquica a partir da privação do vínculo materno. *Psicologia.pt*, 2009.

HOWES, C. Desenvolvimento de relações de apego com outros cuidadores. In: CASSIDY, J.; SHAVER, P. R. (Eds.). Manual de apego. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. p. 366-382.

KIMMEL, D. C.; WEINER, I. B. Adolescence: a developmental transition. 2nd ed. New York: Wiley, 1998.

LOPES, R. F. F. Adolescência na perspectiva da terapia do esquema. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, v. 13, n. 1, p. 61-76, 2017.

MACIEL, K. R. F. A convenção sobre os direitos da criança e sua aplicação no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARTINS, E.; SZYMANSKI, H. A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner. *Psicologia em Estudo*, v. 9, n. 2, p. 267-273, 2004.

MIDDELTON-MOZ, J.; ZAWADSKI, M. L. Bullying: estratégias de sobrevivência para crianças e adultos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MORAIS, N. A. et al. Inserção ecológica na pesquisa sobre trajetórias de vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. In: KOLLER, S. H. et al. (Orgs.). Inserção ecológica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016. p. 65-92.

MPRJ - MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO. Censo da população infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: MPRJ, 2023.

MURTA, S. G. et al. Treinamento de habilidades sociais para adolescentes. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 26, n. 1, p. 143-152, 2010.

OLIVEIRA, M. F.; PRÓCHNO, C. C. S. C. A criança institucionalizada e o processo de adoção. Psicologia em Revista, v. 16, n. 1, p. 116-135, 2010.

ORIONTE, A. L.; SOUZA, M. P. R. O acolhimento institucional como medida protetiva. Psicologia & Sociedade, v. 19, n. 3, p. 112-119, 2007.

PAIM, K.; ROSA, M. O papel preventivo da terapia do esquema na infância. In: WAINER, R. et al. (Orgs.). Terapia cognitiva focada em esquemas. Porto Alegre: Artmed, 2016. p. 169-185.

PAPALIA, D. E. et al. Desenvolvimento humano. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

PEIXOTO, A. C. A. et al. Intervenção interdisciplinar com crianças e adolescentes institucionalizados. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA, 10., 2019, São Paulo. Anais... São Paulo: ABRAPSI, 2019. p. 115-138.

PEIXOTO, A. C. A. et al. Intervenção interdisciplinar com crianças e adolescentes institucionalizados. In: DEFARIAS, A. K. (Org.). Ciências da saúde. Curitiba: Juruá, 2019. p. 115-138.

PEREIRA, M. A. C. História da infância no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013.

PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 140, p. 649-673, 2010.

POLETTI, M.; KOLLER, S. H. Contextos ecológicos: promovendo resiliência em crianças em situação de risco. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 21, n. 3, p. 417-424, 2008.

PONTES, F. A. R. et al. Inserção ecológica: uma proposta metodológica. Psicologia em Estudo, v. 21, n. 4, p. 591-601, 2016.

RIZZINI, I. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ROTONDARO, D. P. Os desafios constantes de uma psicóloga no abrigo. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 22, n. 3, p. 8-13, 2002.

SALINA-BRANDÃO, A.; WILLIAMS, L. C. A. O abrigo como fator de risco ou proteção. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 22, n. 3, p. 334-343, 2009.

- SANTOS, G. A. B. Desenvolvimento de esquemas iniciais desadaptativos em adolescentes em vulnerabilidade social. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - UFRRJ, Seropédica, 2020.
- SANTOS, G. A. B.; PEIXOTO, A. C. A. Impactos do acolhimento institucional no desenvolvimento na adolescência pela perspectiva da Terapia do Esquema. *Peer Review*, v. 5, n. 18, p. 568-589, 2023.
- SHOEN-FERREIRA, T. H. et al. Adolescência: desenvolvimento normal e transtornos emocionais. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 32, n. 2, p. 1-10, 2010.
- SIFUENTES, M. et al. Desenvolvimento de crianças e adolescentes em diferentes contextos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 23, n. 4, p. 407-414, 2007.
- SIGAL, J. et al. Unwanted infants: psychological and physical consequences of inadequate orphanage care. *American Journal of Orthopsychiatry*, v. 73, n. 1, p. 3-12, 2003.
- SILVA, C. D. L. et al. A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 10, n. 1, p. 55-65, 2015.
- SILVA, M. L. Lei nacional de adoção e acolhimento institucional. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - UFSM, Santa Maria, 2012.
- SILVA, R. F. Adolescentes em acolhimento institucional: um estudo sobre resiliência. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- SILVA, T. M.; MURTA, S. G. Habilidades sociais e problemas de comportamento em adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 25, n. 4, p. 531-539, 2009.
- SPITZ, R. A. O primeiro ano de vida da criança. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- WAINER, R. O desenvolvimento da personalidade e suas tarefas evolutivas. In: WAINER, R. et al. (Orgs.). *Terapia cognitiva focada em esquemas*. Porto Alegre: Artmed, 2016. p. 15-26.
- WEBER, L. N. D. Laços de ternura: pesquisas e histórias de adoção. Curitiba: Juruá, 2007.
- YOUNG, J. E. *Terapia cognitiva para transtornos da personalidade*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- YOUNG, J. E.; KLOSKO, J. S.; WEISHAAR, M. E. *Terapia do esquema: guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras*. Porto Alegre: Artmed, 2008.